



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS (REDE PESCA BRASIL)

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS

PESQUEIROS DEMERSAIS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE

REUNIÃO VIRTUAL

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Brasília/DF, 14 e 15 de Dezembro de 2022

**1. ABERTURA**

No dia 14 de dezembro de 2022, às 09h15, o Coordenador do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste (CPG Demersais Norte/Nordeste), Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, efetuou os ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo aos presentes. Prosseguindo, enquanto a Secretária-Executiva do CPG Demersais Norte/Nordeste, Sra. Sandra Silvestre de Souza verificava o quórum, o Coordenador lamentou a impossibilidade da viabilização da reunião presencial na cidade de Belém/PA, e reforçou os pontos do manual de boas práticas para a reunião em modalidade virtual. Em homenagem ao Dia do Engenheiro de Pesca parabenizou esses profissionais, que cooperam para a atividade pesqueira nacional. Após aprovação do quórum, declarou formalmente aberta a 1ª Reunião Ordinária do CPG Demersais Norte/Nordeste.

Em seguida, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz realizou o discurso de abertura, que abordou os princípios gerais do Código de Conduta para a Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca que regula as atividades pesqueiras (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009); o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, que institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), que retoma o formato de discussão participativa na gestão pesqueira nacional. Explicou brevemente o que são recursos demersais, e reforçou sua importância econômica para as regiões norte/nordeste e no Brasil, bem como a importância da gestão desses recursos.

Ao finalizar o discurso de abertura, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz seguindo a programação da agenda definitiva, iniciou a apresentação dos membros, solicitando que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

cada um se apresentasse. E para abrir convidou a Secretária Adjunta da Secretaria de Aquicultura e Pesca para que fizesse sua apresentação, e abertura desse momento.

A Sra. Andreia Lins Ribas expressou que a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) valoriza a discussão sadia entre o governo, setor pesqueiro e pesquisadores para se chegar nos melhores resultados para a gestão mais sustentável possível. E que portanto, lutou-se bastante para instituir a Rede Pesca Brasil e restituir os Comitês Permanentes de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs), que são fóruns de extrema importância para que juntos se possa discutir e chegar ao equilíbrio entre o social, biológico e econômico. Salientou a importância em discutir a gestão de recursos tão importantes como o camarão e o pargo, nessas regiões igualmente importantes para a pesca do Brasil, que possuem grande valor econômico, geram empregos e renda em muitos estados dos litorais das regiões Norte e Nordeste.

## 2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Reunião Ordinária, realizada por videoconferência:

### - Coordenação do CPG Demersais Norte/Nordeste

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

### - Secretaria-Executiva do CPG Demersais Norte/Nordeste

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Catarina Cardoso de Melo (Secretária Adjunta *titular*)

Senhora Mariana Cristina Mourão Veiga (DPOP/SAP/MAPA)

Senhora Marina Midori de Oliveira Nakane (DPOP/SAP/MAPA)

Senhora Karolina Batista de Souza (DPOP/SAP/MAPA)

### - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Valdimere Ferreira (Titular e Palestrante)

Senhora Juliane da Silva Arnaud (Suplente e Palestrante)

Senhora Geize dos Santos (Palestrante)

**- Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Senhor Roberto Ribas Gallucci (Titular)

Senhora Verônica Alberto Barros (Suplente)

**- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**

Senhor Rothier Flores de Siqueira Júnior (Suplente)

**- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Senhor Igor de Brito Silva (Titular)

Senhor Carlos Alexandre Gomes de Alencar (Convidado)

**- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Senhor Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (Titular)

**- Associação Brasileira dos Produtores de Pargo (ABRAPPA)**

Senhor Thairo Barroso Bastos de Santiago (Titular)

**- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)**

Senhor Carlos Cesar de Mello Júnior (Suplente)

**- Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA Brasil)**

Senhora Rochelle Cruz de Araujo Bezerra Vidigal (Titular)

**- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Suplente)

**- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-15 de Valença - BA (COLÔNIA Z-15)**

Senhor José George Santana da Hora (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**- Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado (COOMPESCAR)**

Senhor Manoel Fernandes Ribeiro Junior (Titular)

Senhora Tanyse Gomes da Silva (Suplente)

Senhor Daniel Felisberto (Ouvinte)

Senhor Reginaldo Antonio do Nascimento (Ouvinte)

Senhor Janir Rafael Campos Lamas (Ouvinte)

Senhora Alessandra de Nazaré Lima da Silva de Oliveira (Ouvinte)

**- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)**

Senhor Eloy de Sousa Araújo (Suplente)

**- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**

Senhor Breno Portilho de Sousa Maia (Titular)

Senhor Deraldo Queiroz Guimarães Neto (Suplente)

**- OCEANA BRASIL**

Senhor Martin Coachman Dias (Titular e Palestrante)

**- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)**

Senhor Rodolfo Bastos da Silva (Suplente)

**- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)**

Senhor Apoliano Oliveira do Nascimento (Titular)

Senhor Gilvan de Paula Silva (Suplente)

**- Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)**

Senhora Beatrice Padovani Ferreira (Convidada e Palestrante)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Eduardo Paes (Convidado)

Senhor George Olavo (Convidado)

Senhor Rodrigo Santana (Convidado)

**- Universidade Federal do Pará (UFPA)**

Senhora Victoria Isaac (Convidada e Palestrante)

Senhora Bianca Bentes (Convidada e Palestrante)

**- Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)**

Senhora Rosália Furtado Cutrim Souza (Convidada e Palestrante)

Senhor Ivan Furtado (Convidado e Palestrante)

**- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**

Senhor Danilo Francisco Correia Lopes (Convidado e Palestrante)

**- Centro Leibniz de Pesquisa Marinha Tropical em Bremen - Alemanha**

Senhora Lol Lana Dahlet (Ouvinte)

**- Associação Rare do Brasil**

Senhora Erica Jimenez (Ouvinte)

**3. APROVAÇÃO DA AGENDA**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz compartilhou a agenda prevista para a 1ª Reunião Ordinária do CPG Demersais Norte/Nordeste, informando que a agenda provisória havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a sua aprovação ao Plenário.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (Pesca BR) sugeriu que, devido ao caráter inédito do trabalho, a apresentação Projeto Censo Estrutural da Pesca do Pargo (Setor-UFRA) do Prof.



Ivan Furtado (UFRA) ficasse por último na apresentação dos projetos de pesquisa da sessão Pargo, a ser realizada no dia 15 de dezembro.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz também sugeriu alterar a ordem de apresentação do TED-UFPA DEFAU, mediada pela Sra. Bianca Bentes (UFPA), para o primeiro trabalho a ser apresentado na sessão camarão, no dia 14 de dezembro.

Não havendo demais manifestações, a agenda da 1ª Reunião Ordinária do Demersais Norte/Nordeste foi considerada aprovada.

#### **4. APRESENTAÇÃO DA REDE PESCA BRASIL E SEU REGIMENTO INTERNO**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz realizou a apresentação da Rede Pesca Brasil detalhando o Decreto que a instituiu e seu regimento interno, respectivamente, o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021 e a Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022. Em síntese, mostrou a linha do tempo de toda trajetória dessa Rede. Informou sobre o Edital de Chamamento Público nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, que selecionou as instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira para o provimento das vagas dos CPGs, e que resultou nos integrantes de cada CPG da Rede Pesca Brasil para o quadriênio de 2022 a 2026, enquanto as instituições e os órgãos da administração pública foram convidadas pela SAP/MAPA; bem como o Edital de Chamamento nº 4, de 28 de março de 2022, em que realiza a seleção, em fluxo contínuo, de pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber para compor o banco técnico-científico (BTC) da Rede Pesca Brasil, cujos selecionados são divulgados por meio de Portarias da SAP/MAPA, que subsidiarão as demandas discutidas dentro dos CPGs e da Secretaria. Além disso, foi apresentada a estrutura da Rede Pesca Brasil, composta pelo BTC e 10 (dez) CPGs, que possui caráter consultivo e de assessoramento para toda a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/MAPA) no que tange a gestão nacional da atividade pesqueira. Os tópicos trabalhados na exposição do Coordenador, contemplaram ainda a composição, convocação, designação, sessões, recomendações, mandato, participação e demais atribuições da Rede Pesca Brasil. Exibiu, ainda, o site do MAPA (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/rede-pesca->



[brasil](#)), comunicando que nele estão todas as informações detalhadas da Rede Pesca Brasil e notificando os presentes que as alterações de membros titulares e suplentes devem ser encaminhadas com 15 (quinze) dias de antecedência da reunião ordinária.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz destacou a baixa adesão de pesquisadores e profissionais ao banco técnico-científico até o momento, esclarecendo que os grupos técnicos-científicos (GTCs) de cada CPG serão compostos pelos integrantes do Banco e serão responsáveis por avaliar e fazer recomendações sobre as temáticas encaminhadas por cada Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, propor e apoiar tecnicamente a realização de estudos e pesquisas na gestão dos recursos pesqueiros e dentre outras atribuições, solicitando aos participantes que divulguem o Edital de Chamamento Público nº 4, de 2022, para pesquisadores e profissionais da área conhecidos.

#### **5. PROGRAMA HIGIÊNICO-SANITÁRIO DA CADEIA PRODUTIVA PRIMÁRIA DA PESCA**

Ao anunciar a primeira apresentação, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz solicitou atenção de todos e reforçou a importância de se conhecer as medidas relacionadas ao Programa higiênico-sanitário para a cadeia primária da pesca, no que refere ao âmbito nacional com a Portaria SAP/MAPA nº 310/2020, e ao âmbito internacional com a portaria específica em atendimento a União Europeia. Assim, solicitou aos participantes que contribuam em dar publicidade aos atos normativos para que sejam utilizados e realmente aplicados na atividade pesqueira, devido a sua importância.

A Sra. Geize dos Santos (MAPA) introduziu sua fala apresentando a si e a equipe da Coordenação de Controle da Cadeia Primária da Pesca (CCOP) inserida no Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca. Mostrou a linha do tempo sobre o controle sanitário da cadeia primária da pesca no país, destacando o início das tratativas em 2013 com o diagnóstico das condições higiênicos-sanitárias das embarcações de pesca e dos locais de desembarque do pescado, e demais marcos regulatórios da temática até os dias atuais. Pontuou a importância da adequação sanitária em embarcações de pesca visando o aprimoramento das cadeias produtivas, essencialmente, as de nível industrial, destacando



as vantagens do processo: padronização de procedimentos; redução do risco de contaminação do pescado; implementação de boas práticas na manipulação do pescado; controle de temperatura (eficiência na conservação); saúde dos tripulantes; qualidade do pescado; e sustentabilidade (menor desperdício e perdas). Finalizou sua explanação orientando que os profissionais da pesca, entidades de representatividade da classe e demais instituições envolvidas leiam as normativas de controle higiênico-sanitário da cadeia primária da pesca (Portaria SAP/MAPA nº 310/2020), para conhecer os critérios e requisitos estabelecidos; que iniciem as adequações estruturais das embarcações pesqueiras de produção primária; que fomentem o exercício das boas práticas higiênico-sanitárias a bordo, junto aos pescadores; e que identifiquem profissionais que possam atuar como técnicos responsáveis, observando os requisitos da Portaria supracitada.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e abriu para perguntas dos membros, mas não houveram manifestações.

#### **6. CENÁRIO NORMATIVO ATUAL DA PESCA DOS RECURSOS DEMERSAIS N/NE**

O Coordenador passou a palavra para a Secretária Adjunta do CPG Demersais N/NE, Sra. Catarina Cardoso de Melo.

Dessa forma, a Sra. Catarina Cardoso de Melo começou salientando que a apresentação seria referente aos atos normativos específicos ao âmbito do ordenamento pesqueiro, pois os atos referentes ao monitoramento seriam tratados pelo Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento de Aquicultura e Pesca (DRMF) na pauta posterior. Assim, exibiu uma lista de 16 atos normativos e explanou sobre suas ementas (organizadas por temática e região) que englobavam os recursos pesqueiros demersais das regiões Norte e Nordeste, modalidades e petrechos.

Posteriormente tratou dos eixos temáticos (proteção de estoques e/ou limitação de estoques) e as medidas de gestão definidas especificamente para determinados recursos



pesqueiros demersais (camarão, caranguejo-uçá, piramutaba, pargo, etc.) e as regiões delimitadas, inseridas nos territórios Norte e Nordeste.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e abriu para perguntas dos membros, mas não houveram manifestações.

## **7. SITUAÇÃO DO REGISTRO E MONITORAMENTO DA ATIVIDADE DA PESCA DOS RECURSOS DEMERSAIS N/NE**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra para a representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA). Ela iniciou se apresentando e posteriormente trouxe um panorama geral da estrutura da SAP/MAPA, mais especificamente do Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento de Aquicultura e Pesca (DRMF), e quais as frentes de trabalho assumidos pelas diferentes coordenações dentro das competências atribuídas ao Departamento.

A seguir, demonstrou as categorias do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP (Pescador e pescadora profissional artesanal, Pescador e pescadora profissional industrial, Embarcação Pesqueira, Armador de Pesca, Aquicultor, Empresa Pesqueira e Aprendiz de Pesca) estabelecidas pela Lei nº 11.959/2009 e pelo Decreto RGP nº 8.425/2015. Tratou dos atos normativos específicos aos pescadores, como a Portaria SAP/MAPA nº 265/2021, voltada à inscrição na categoria de Pescador e Pescadora Profissional para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional. Informou ainda que o recadastramento desses pescadores e pescadoras foi planejado em quatro etapas, com previsão de finalização em setembro de 2023.

Apresentou o novo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira inserido na plataforma do governo federal, o SisRGP 4.0, que possui dois módulos (pescador profissional e Sis Tainha). Mostrou o painel de acompanhamento de cadastro e recadastro no SisRGP 4.0 e o quantitativo de licenças emitidas no país até o momento. Falou da importância dos canais de comunicação com o público, e forneceu o link do site, em que constam as informações atualizadas referentes ao processo de recadastramento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Passando a falar sobre os atos normativos em relação às embarcações, mencionou o processo de revisão das normas, processos administrativos que preveem conferir maior segurança jurídica tanto à categoria quanto ao governo, e expressou que leva-se em conta o processo de desenvolvimento do SisRGP 4.0, de forma concomitante. Nesse momento exibiu o painel de embarcações registradas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP) como um processo de abertura dos dados ao público e destacou que os dados apresentados se referem às autorizações de pesca, informando as embarcações que possuem permissão para operar. O painel possui filtros por modalidade de pesca e estados federativos, exibiu um recorte das embarcações registradas no sistema nas modalidades de espinhel horizontal de fundo e emalhe de fundo nas regiões norte/nordeste, e as embarcações da frota pargueira. Ao conferenciar sobre o trabalho de vistoria das embarcações, ressaltou a Portaria SAP/MAPA nº 1.239/2022 que estabelece os critérios para obtenção do Certificado de Vistoriador junto a SAP/MAPA, e a normativa específica para vistoria para atuação na frota do pargo, salientando que a administração pública reconhece as limitações de recursos humanos das superintendências estaduais para estarem avançando nesse trabalho de forma eficiente. Como avanço nesse sentido, informou que as inscrições dos profissionais foram encerradas, e previu o início da atuação dos trinta profissionais selecionados para o mês de janeiro de 2023. Novamente disponibilizou o link para maiores informações sobre o tema.

Após concluir passou a palavra à Sra. Valdimere Ferreira (MAPA), que apresentou os instrumentos para monitorar a pesca dos recursos demersais das regiões Norte e Nordeste. Inicialmente informou que os instrumentos são: relatório de exercício da atividade pesqueira – REAP (pescador profissional artesanal); mapa de bordo (embarcação); certificado de exportação (empresa); declaração de estoque (pescador, empresa) e Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS (embarcação). Seguidamente, tratou das regras gerais para as embarcações em relação a tais instrumentos, mas frisou que existem também as normas específicas relativas às modalidades de pesca. Assim, o exercício do monitoramento prevê a aplicação dos instrumentos e atos normativos que, caso não sejam atendidos, podem gerar sanções



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

diversas, e portanto, enfatizou a importância do setor em conhecer essas informações referentes às regras, procedimentos e prazos.

Em relação ao rastreamento das embarcações, a Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) apresentou a plataforma *Global Fishing Watch*, onde se pode consultar os dados referentes ao PREPS. Para finalizar tratou do sistema de Mapa de Bordo em desenvolvimento, com entrega prevista para o mês de abril de 2023, que visa otimizar e unificar o processo de entrega das documentações exigidas para as embarcações.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e abriu para perguntas dos membros.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) direcionou sua fala para as Sras. Juliane da Silva Arnaud e Valdimere Ferreira (MAPA), perguntando como está o processo de categorização previsto no SisRGP em relação ao Decreto nº 8.425/2015, sabendo-se que há divergência entre este e a IN SEAP-PR nº 03/2004, salientando a categoria de empresa pesqueira. Em seguida, informou que o acesso público ao SisRGP ficou indisponível por alguns anos, e considerou como limitação não haver identificação clara sobre a regularidade da autorização de pesca da embarcação (validade), bem como a situação de regularidade do PREPS, solicitando mais informações sobre as questões mencionadas em relação ao acesso público. Além disso, abordou o certificado de exportação, entendida como instrumento que atesta a regularidade do pescado a ser exportado, e questionou quais verificações estão sendo feitas para a ocorrência da certificação, como, por exemplo, se a embarcação está devidamente permissionada, e se tal permissão contempla a espécie, se o cruzeiro foi rastreado, se a embarcação possui PREPS (caso obrigada), e se a captura ocorreu dentro do período e localidade permissionado. A quarta pergunta teve relação com a declaração de estoque, e salientou suas limitações, como a falta da emissão de comprovante para que o administrado possa apresentar no momento da fiscalização, e identificou pouca clareza e regularidade nas informações disponibilizadas ao órgão de fiscalização. Por fim corrigiu a informação de que o intuito do PREPS seja somente o monitoramento, e disse que este é um dentre os três objetivos determinados pela INI nº 2/2006 (monitoramento, fiscalização da atividade, e salvaguarda da vida humana no mar), que inclui as instituições SAP, IBAMA e Marinha.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA) agradeceu as pertinentes perguntas, e em relação ao SisRGP e o acesso público ela respondeu que hoje há os painéis para acompanhamento (das embarcações, pescadores e dados de mapa de bordo) e informou que o acesso é liberado quando realizada a solicitação. Concordou sobre a divergência na categoria de empresa pesqueira, mas disse que a Instrução Normativa MAPA nº 69/2019 trouxe a terminologia empresa pesqueira, sendo esta a norma que rege a categoria. Salientou que em sua apresentação tratou dessa atualização da norma, que possui o intuito de trazer maior clareza de que essa categoria envolve tanto o que o setor e administração tratavam como indústria pesqueira, bem como as empresas que comercializam organismos aquáticos vivos (ECOAV), promovendo uma fusão das categorias. Esclareceu que o processo de atualização dessa norma está em consultoria jurídica para aprovação e posterior publicação, ainda que não haja prazo devido a transição de governo. Em relação às informações das embarcações, reconheceu as limitações que se deveram também as diversas transições que a gestão da pesca passou ao longo do anos, e disse que a administração ainda tem um passivo a ser atendido, e que para regularizar as autorizações das embarcações é preciso passar pelo processo de análise e atualização, devido às prorrogações das autorizações, reconhecendo que o setor não pode ser prejudicado. Dessa forma, hoje existe amparo a esses casos por meio de Portaria, e o painel mostra somente as embarcações autorizadas que estão operando. Para consultar as datas de vencimento, especialmente para o IBAMA, é possível ter acesso para consulta no SisRGP. Disse que é possível estudar a possibilidade de colocar as embarcações vencidas que estão amparadas legalmente, apesar de que o painel não foi pensado para isso.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) agradeceu as ponderações do Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) e respondeu que para a certificação de exportação existe um processo de análise que exige que sejam verificadas as obrigatoriedades das embarcações a serem certificadas. Comunicou serem sete empresas que exportam principalmente atuns e que é realizada a verificação dentro das ferramentas que o estado possui atualmente para atestar se aquela produção atende os requisitos legais. Sobre a declaração de estoque ela considerou que depende de um processo de otimização das ferramentas, a exemplo do Agroform, assim, o aprimoramento intenciona que as informações cheguem de forma célere



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ao órgão fiscalizador, de forma clara e segura para o declarante. Reconheceu que hoje o Agroform tem um formato simplificado por ser um formulário eletrônico, mas já é possível a geração de um código que pode ser verificado, e que se pensa em futuramente ter-se um sistema mais aprimorado para os Mapas de Bordo (com e-mail e protocolos robustos) para assegurar, em casos de fiscalização, a produção declarada. Sobre o PREPS ela disse que hoje sua principal utilização e finalidade é monitorar a atividade e produção das embarcações pesqueiras, e que como instrumento ele se torna uma forma de fiscalização, da SAP, IBAMA, ICMBio, Polícia Ambiental, Marinha.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) argumentou que no RGP do pescador industrial há um equívoco ao se exigir que o pescador informe qual a embarcação de pesca onde ele trabalha, já que ele só pode trabalhar numa embarcação se tiver a carteira. Em sua avaliação, tal restrição faz com que o pescador tenha que optar pela carteira de pescador artesanal, sem de fato ser, gerando complicações no processo de seguro defeso.

A Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA) agradeceu ao Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) e disse que a questão levantada por ele, já comunicada anteriormente ao momento, foi considerada e internalizada pela equipe, e disse que em seu entendimento o CPG possibilita ampliar essa discussão para possivelmente serem alteradas as legislações. Informou que a atual gestão não inovou nas normativas e procedimentos em relação ao pescador industrial, utilizando os regramentos anteriores. Reconheceu a problematização e por fim sugeriu que o fórum discuta ou aponte a questão como uma recomendação, formalizando assim essa demanda do setor, que possibilita internalização e deliberação pela gestão.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz disse que a secretaria executiva estava tomando nota, e admitiu a possibilidade que tal apontamento seja uma recomendação a ser discutida no momento final da reunião em que são discutidas as recomendações.

O Sr. Roberto Ribas Gallucci (MMA) disse que a instituição tem sentido falta de monitoramento para a geração de dados para gestão pesqueira, e considerou que os instrumentos atuais (REAP, mapas de bordo) são de caráter auto declaratórios e estão sujeitos a falhas (de preenchimento, verificação, e sem mecanismos de auditoria suficientes) gerando imprecisões. E reforçou a importância da geração de dados para a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

estatística pesqueira, ou algum sistema de monitoramento de desembarque pesqueiro, censitário ou por amostragem.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) reconheceu a necessidade de levantamento de dados para todos atores sociais do Estado e concordou que historicamente existe essa dificuldade, dada a complexidade do trabalho que o Estado possui em regulamentar, monitorar e fiscalizar, para que se tenha dados para fazer a gestão. Tais objetivos são metas que por questões orçamentárias não puderam ser alcançadas pela SAP/MAPA e que precisam ser retomadas, e acredita que deve ser uma política de Estado, já que é algo dispendioso, requerendo estudos de como a demanda poderá ser alcançada. Destacou que o DRMF trata a questão como prioridade, ponderando que existem ações preparatórias sendo realizadas, como a utilização dos mapas de bordo digitais para formar um banco com acesso da declaração de estoque para o gestor. Assim, ratificou que já existem iniciativas sendo trabalhadas que precisam ser aprimoradas para serem disponibilizados dados com mais qualidade.

A Sra. Tanyse Gomes da Silva (COOMPESCAR) registrou a importância do setor demandar algumas situações sentidas na ponta. Agradeceu ao MAPA a evolução da gestão, especificamente em relação a revisão das normas, e a desburocratização através da informatização dos processos administrativos que foi facilitado pela pandemia, e acabou otimizando os serviços. Ao opinar sobre a necessidade de aprimorar, reconheceu o esforço da equipe em resolver as dificuldades. Observou que os números vistos no painel das embarcações registradas para a pesca de guriuba e outras espécies na região norte estão defasados, e ressaltou sua preocupação. Finalmente, disse compreender que a equipe de servidores é pequena, algo que é reclamado pelo setor há muitos anos, pois o serviço acaba precarizado pelas tantas demandas.

A Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA) reconheceu o processo complexo e moroso para organização e atualização das normas, mas considerou que paulatinamente isso vem sendo alcançado. Convidou todos presentes a conhecer o painel, reforçando que já é uma base e pediu que estes comuniquem as embarcações que não estão registradas. Reafirmou a importância da informatização, que só assim poderá atender o IBAMA, demais órgãos e



o setor com informações atualizadas. Ratificou que o novo sistema integrado (RGP das embarcações e Certificação) está previsto para outubro de 2023.

## **SESSÃO CAMARÃO**

### **8. PROJETOS DE PESQUISA**

#### **8.2. TED-UFPA DEFAU**

A Profa. Bianca Bentes (UFPA) iniciou a apresentação cumprimentando a todos participantes e agradecendo a oportunidade de mostrar os estudos voltados para a pesca do camarão, e salientou que o projeto ainda em vigor já produziu muitos resultados interessantes. Agradeceu também a SAP pelo fomento à pesquisa principalmente no que tange a formação de recursos humanos, e a importância desta para o retorno social. Falou sobre o arcabouço de dados em relação aos impactos ambientais referentes às diversas formas de pesca nesse ecossistema, em relação à fauna acompanhante. Por tratar-se de uma pesca de baixo rendimento em termos de biomassa, o estudo objetiva conhecer as espécies que vem acompanhada do camarão, para conhecer esse impacto.

Relatou estudos com BRD's, que reduzem as capturas acessórias e espécies ameaçadas, e estimulam os investimentos nessa área, gradativamente influenciando mudanças na forma de operação. Citou projetos iniciais ocorridos por volta de 2016 (REBYC e SHRIMP), que fizeram parte dos primeiros experimentos de teste dos dispositivos para levantamento das espécies com o intuito de reduzir a fauna acompanhante e a perda do camarão. Expôs sobre o painel de malha quadrada utilizado nos primeiros testes, confeccionado com materiais simples e de baixo custo, utilizada no teste de BRD, que mostrou-se efetiva para redução da captura de outras espécies e redução da perda de camarão, que nos anos de 2019 e 2020 foram replicados em outros locais com apoio de outros pesquisadores e também mostraram redução considerada de espécies ameaçadas. Explicou sobre a sazonalidade relacionada à estação na captura do camarão (período chuvoso (safra) ou seco) e mostrou o protótipo do segundo Teste BRD RHANNA's BRD, que busca maximizar o efeito do primeiro protótipo considerando aspectos físicos da água,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que mostrou redução de volume de raias capturadas em relação à rede controle. Apesar do RHANNA's BRD haver demonstrado significativa diferença, ela considerou que ainda estão preliminares os estudos das amostras com o dispositivo. Surgiram desses resultados preliminares as recomendações relacionadas ao rendimento econômico, estratégias de uso efetivo dos BRD's (com o apoio das representações de classe), monitoramento do uso relacionado a incentivos fiscais, e o feedback recebido dos empresários. Como desafio mencionou a continuidade do apoio do setor, recursos humanos para colaborar na triagem do material, e incentivos legais e fiscais para estimular o uso dos BRD's. Enfatizou a participação da equipe de pesquisadores e estudantes que trabalham no projeto DEFAU, e finalizou agradecendo o apoio da SAP, setor, e aos pares envolvidos no estudo.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e reforçou a importância do tripé formado pela academia, setor produtivo e governo, e abriu para fala dos participantes.

A Sra. [Sandra Silvestre de Souza](#) (Secretária Executiva) lembrou o início do projeto REBYC, oportunidade em que conversou com um armador do Pará e este opinou que o dispositivo seria um novo TED. Segundo ela, o projeto visava conhecer modelos apropriados de BRD's segundo a região, portanto, ao entender a resistência do setor no estado do Pará em participar do projeto, a Sra. [Sandra Silvestre de Souza](#) (Secretária Executiva) pediu que a Profa. Bianca Bentes (UFPA) comentasse como superaram esse desafio para participação do setor no estudo.

A Profa. Bianca Bentes (UFPA) confirmou que no início havia muita resistência do setor produtivo, e foi através de muita conversa (apesar da sensibilidade que envolve a pesca de arrasto como modo de sustento) que a relação foi evoluindo e provocando maior abertura por parte desses. Enfatizou a importância do apoio de alguns representantes do setor para facilitar o processo, além da efetividade demonstrada pelo dispositivo testado. Reconheceu que o uso do TED na região é pouco eficaz e que acredita que toda política tem que estar próxima da realidade, e ser construída com base no diálogo com a sociedade envolvida na atividade.

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) argumentou que não se tratava de resistência ao projeto, mas que a grade utilizada no início do projeto era parecida com a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

utilizada atualmente (TED) e que a resistência se tratava na relação de fiscalização com o IBAMA, implicando risco já que poderiam sofrer autuação se não estivessem utilizando o dispositivo, o que provocou esse questionamento por parte do setor. E questionou se seria possível haver a substituição do dispositivo, no caso deste demonstrar mais efetividade que o TED.

A Sra. [Sandra Silvestre de Souza](#) (Secretária Executiva) explicou que a necessidade do uso do TED estabelecida em legislação relaciona-se com o escape da tartaruga. E que a abertura da gestão administrativa depende de no futuro os testes com o BRD mostrarem efetividade para além da fauna miúda, levantando a possibilidade de adequação dos dois dispositivos, e que nesse caso o governo poderia analisar a possibilidade de modificar a legislação.

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) disse que, orientado pela sua experiência prática de operação com a pescaria, duvida da possibilidade de adequar o dispositivo para ambas funcionalidades.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou à Profa. Bianca Bentes (UFPA) se o dispositivo testado tem se mostrado efetivo para evitar a captura da tartaruga.

A Profa. Bianca Bentes (UFPA) respondeu que nos testes não houve captura de tartaruga, mostrando efetividade para reduzir a captura da arraia e tubarão. Compartilhou que o dispositivo passou por nova adaptação, assim, sugeriu que se aguardasse o resultado dos novos testes a serem realizados. Admitiu a possibilidade de que o dispositivo possa ter permitido o escape da tartaruga, mas como não há uma câmera que possibilite ver tal ocorrência, a verificação é feita a partir da comparação com a rede controle. Concordou com a argumentação do representante da SINPESCA, ao dizer que realmente o estudo com a tartaruga deve ser aprimorado pois a rede controle também não capturou tartarugas, indicando que talvez não tivesse ocorrência delas na área.

O Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) parabenizou a Profa. Bianca Bentes (UFPA) e a Profa. Victoria Isaac (UFPA), reforçou a importância de pesquisas e estudos como o DEFAU para ordenamento, e relatou estudos com BRD no sul do país



que mostraram escape de tartarugas, considerando que a pesquisa não busca interromper a pesca e sim qualificá-la para reduzir seu impacto. Refletiu que é importante ter um corpo de pesquisadores com informações ajudando a desenhar o que é mais importante para a pescaria. Mencionou a licença de pesca, informando que a licença para a pesquisa é concedida pelo ICMBio através SISBIO, e ponderou que é necessário haver um planejamento maior e termos de cooperação que embasem a presença de pesquisadores, o que configura o CPG como um bom espaço para discutir tais questões e as oficializando. Em relação à ocorrência de tartarugas, o Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) disse que as informações que o órgão possui indica que depende mais de área do que da arte de pesca, sugerindo a tentativa de unir os dados obtidos e fazer uma análise mais aprofundada. E aproveitou sua fala para mencionar que na região norte/nordeste há pescarias sobrepostas que ocorrem na mesma área, e que em razão disso a medida do defeso para uma espécie-alvo não seja tão eficaz pois se inicia o período de pesca de outra espécie-alvo, sinalizando este tema para futuras discussões.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) parabenizou a Profa. Bianca Bentes (UFPA) e disse que a não utilização do TED pelo setor é prejudicial para a comercialização internacional, e que há em sua avaliação, um certo preciosismo nos estudos e decisão sobre o TED e outros dispositivos BRD, que são importantes já que aceleram decisões do governo. Considerou importante catalisar o desenvolvimento dessas tecnologias, já que se trata de algo que mostra tantos benefícios logísticos (na separação do pescado, redução de perda, etc.) e biológicos, e deve ter amplo uso, não regionalizado.

### **8.1. SHRIMP NE\_N**

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) iniciou sua fala agradecendo o convite, e rememorou os quase 5 anos de trabalhos relacionados ao projeto apresentado, que teve o edital aprovado no ano de 2016 e iniciado no fim de 2018. O projeto SHRIMP N-NE conta com a participação de diversas instituições, com mais de quarenta pesquisadores e alunos, e trata-se de uma rede cooperativa multidisciplinar para subsidiar o manejo da pesca dos estoques de camarões da região Norte e Nordeste do Brasil. Possui sete eixos temáticos, a saber: biologia populacional, avaliação de estoques, tecnologia pesqueira, economia, interações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ecossistêmicas, cenários futuros, manejo e recomendações, promovendo estudos multidisciplinares que subsidiem os tomadores de decisão sobre possíveis formas da gestão pesqueira e da conservação dos estoques de camarões. A área de abrangência do projeto vai da costa norte até a costa de Alagoas, com a inclusão de pescaria de diversas escalas (industrial, semi-industrial, pequena escala e artesanal) que levam em conta a sazonalidade das capturas para propor formas de manejo que sejam adequadas às especificidades das diferentes regiões.

Ao tratar do eixo de biologia populacional, a Profa. Victoria Isaac (UFPA) disse que uma das perguntas que a pesquisa objetivava responder era a relação da medida do defeso com a biologia das espécies, e para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica e um trabalho experimental que identificou que na maior parte dos casos os períodos de defeso não combinam com a época de reprodução ou recrutamento dos camarões e peixes, salientando que deve-se questionar se realmente em termos de conservação ecológicos/biológicos o defeso é eficaz, sendo mais eficaz para restrição de esforço e apoio social. No eixo de avaliação dos estoques de camarões foram aplicados modelos analíticos (VPA; B&H), que permitiram concluir que não há situação de sobrepesca na região norte e nordeste. Outro modelo aplicado, o DATA POOR: ARE, demonstrou que as diversas espécies de camarão estão em situação de equilíbrio populacional. Em relação ao diagnóstico trabalhado no eixo economia, a Profa. Victoria Isaac (UFPA) frisou que trata-se de uma dinâmica complexa que não pode ser resolvida com análises simplistas pois depende de fatores políticos, econômicos e climáticos. No eixo tecnologia reforçou a importância ambiental do BRD para a pesca industrial devido ao ganho de mercados verdes ao se reduzir a captura de espécies ameaçadas. No momento, a Profa. Victoria Isaac (UFPA) sugeriu à Profa. Bianca Bentes (UFPA), SAP e setor a realização de testes que utilizem duas embarcações (uma com BRD, e a outra com rede controle), pois dessa maneira seria mais fácil avaliar quanto se poupa em combustível, e o quanto se ganha ou não na captura de camarão, justificando que o cálculo comercial/econômico só pode ser realizado nesse tipo de experimento. No eixo de interações ecossistêmicas, a ferramenta Suceptibility and Productivity Analises (SPA), utilizada para avaliar a vulnerabilidade, encontrou uma expressiva quantidade de espécies em médio e alto risco que foram listadas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

como espécies sensíveis (à pesca e às variações ecossistêmicas). Como cenários futuros, a pesquisa voltada a esse eixo revelou que cenários de defeso têm efeito positivo sobre as biomassas de peixes e camarões, mas apresenta redução das capturas. Nos cenários de aumento do esforço, há aumento das capturas com redução das biomassas de camarões e peixes. A diminuição do esforço produz diminuição nas capturas, mas aumenta a biomassa de peixes e camarões. Além disso, discorreu sobre o efeito das mudanças climáticas (a exemplo do El Niño e La Niña) que contribuem para a captura, produtividade e rendimento da pesca, apontando cenários de falhas no recrutamento e maior esforço sinérgico no futuro. No eixo de manejo, a Profa. Victoria Isaac (UFPA) falou sobre as medidas de ordenamento sobrepostas (defeso, restrição de área, tamanho da malha, TED, limite de frota) sugerindo a revisão da legislação pois são heterogêneas e não parecem estar de acordo com os resultados científicos do projeto SHRIMP. Por fim, falou da importância em investir na alfabetização e instrução dos pescadores para possibilitar maior consciência e adesão às proposições de manejo, e demais mudanças necessárias para uma atividade sustentável, já que a proteção do recurso depende mais da conservação do hábitat.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu a Profa. Victoria Isaac (UFPA) pela apresentação e reconheceu a complexidade do estudo. Igualmente, agradeceu a coordenação da Profa. Flávia Frédou na região nordeste e salientou que a entrega dos resultados a ser realizada em breve será de grande importância para a gestão e para os trabalhos do GTC Demersais Norte e Nordeste, a ser formalizado após a reunião em ocorrência.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) agradeceu a Profa. Victoria Isaac (UFPA) pela apresentação e expressou seu desejo por uma oportunidade em discutir com mais profundidade os resultados apresentados.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) perguntou se o defeso do camarão rosa no norte, que ocorre entre os dias 15 de dezembro a 15 de fevereiro, gera algum impacto na conservação da espécie, ou seja, se realmente ocorre na época de reprodução da espécie.

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) respondeu que fizeram análises simples e complexas utilizando diversas ferramentas, para compreender o impacto na biomassa do camarão e



demais recursos pesqueiros acompanhantes e os resultados não demonstraram efetividade para proteger recrutamento ou desova, pois o defeso não ocorre nesses períodos, podendo ser de certa maneira até prejudicial pois impede a captura do camarão na época adequada e não protege as espécies de peixes ameaçadas. Mas entende que do ponto de vista de paralisação da frota para o setor, apoio social e redução do esforço, o defeso é válido. E acrescentou que no nordeste não há vantagens de conservação ecológica do camarão, somente para diminuição do esforço, ajuda econômica (principalmente para os pescadores artesanais) e a pausa operacional para pesca industrial.

O Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) parabenizou a Profa. Victoria Isaac (UFPA) pelos excelentes resultados e expressou as expectativas de que suas sugestões sejam encaminhadas ao fim da reunião.

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15), concordou que o defeso abarca datas pouco eficazes inclusive no litoral sul baiano, apoiando a argumentação trazida pela professora, parabenizando-a pela pesquisa e conhecimentos.

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) disse que em breve seria disponibilizado o relatório da pesquisa e se colocou disponível para compartilhar outras publicações, reforçando a participação de muitos pesquisadores para tais resultados.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou se o projeto tem site.

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) respondeu afirmativamente comunicando que poderia passar o link do site e do banco de dados desenvolvido ao longo do projeto.

### **8.3. TED-UFMA Camarão**

O Prof. Danilo Corrêa (UFMA) cumprimentou todos os presentes, e disse que a ocasião era uma oportunidade muito enriquecedora para ele. Relatou o processo para firmar o estudo, que trata-se de um projeto financiado pela SAP que conta com a parceria de outras universidades, e apresentou a equipe do projeto.

Explicou que a proposta do projeto é gerar subsídios para a pesca sustentável do camarão no Maranhão com a geração de dados reprodutivos dos camarões, condições de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

estoque do camarão (rosa, branco e sete barbas) e o estabelecimento de padrões de uso do espaço estuarino-marinho como ferramenta para o manejo de zonas de pesca, e apoio na gestão pública. Relatou que muitos pescadores questionam a ineficácia do período de defeso, motivando conhecer melhor junto às comunidades envolvidas no projeto e identificar informações sobre dinâmica populacional e apetrechos utilizados nas regiões maranhenses.

Para o estudo foram escolhidas três localidades no Maranhão (Cururupu, Icatu e Tutóia), locais que utilizam diferentes petrechos e fazem capturas expressivas. Dessa forma, estuda-se a dinâmica reprodutiva, a dinâmica populacional e a avaliação de estoques. Comentou que as comunidades apresentam alguma resistência em participar de pesquisas, e através da escuta qualificada e apoio do ICMBio esse processo vem sendo facilitado. Atualmente estão na fase de coleta e processamento dos dados, e já foi possível identificar as espécies de camarão mais abundantes, expressando contentamento com os dados preliminares que têm demonstrado a influência do tipo de petrecho. Exprimiu que estão estabelecendo critérios para assegurar a qualidade das amostras e que recentemente fizeram parceria com um novo laboratório. Ressaltou o status inicial da pesquisa, fase que estão construindo as aproximações com os pares e comunidades, além de estudarem metodologias para conseguirem coletar dados mais aprofundados para gerar informações relevantes para a gestão da pesca sustentável do camarão.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz comentou sobre a morosidade dos trâmites para formação da parceria, e ressaltou a importância do projeto que está se iniciando que se soma às pesquisas mais abrangentes que estão sendo desenvolvidas (DEFAU, SHRIMP NE\_N), para conhecer com mais profundidade a pesca do camarão no estado do Maranhão.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) agradeceu a todos os pesquisadores pelas apresentações e reforçou a demanda de se revisar as normas de defeso enquanto uma demanda constante dos órgãos de controle para o Brasil, já que o país possui muitas normas. Enfatizou que o caso do Maranhão, que chega no teto de meses de defeso que a lei permite, possui muitas implicações, e salientou a importância de estudos como TED-UFMA Camarão para conhecer melhor essa realidade. Reforçou que o caminho que está sendo vislumbrado é o de revisar cada período de defeso hoje estabelecido.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) disse que o defeso é uma medida de manejo desfasada, que existem medidas mais eficazes para conservação que permitem controle do esforço levando em conta a mortalidade e não a reprodução. Defendeu que o defeso trata-se de uma medida antropogênica pensada para os mamíferos, que não tem igual aplicação para peixes e camarões que tem curto período de vida e taxa de reprodução rápida. Ratificou a necessidade de que se busquem medidas mais eficazes para controle de esforço (controle de mortalidade por pesca, e mortalidade natural através da destruição de habitats) ao invés de realizar estudos para subsidiar o defeso.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) disse à Profa. Victoria Isaac que hoje a SAP tem essa recomendação para revisar os períodos de defeso pensando justamente nos pontos levantados pela professora, e reforçou que tal pesquisa ajuda a caminhar no sentido do que a Profa. Victoria Isaac defendeu, de buscar medidas mais adequadas através de informações qualificadas.

O Prof. Danilo Corrêa (UFMA) finalizou sua participação concordando com a Profa. Victoria Isaac (UFPA) de que é preciso a geração de dados amplificada para compor essas modelagens, e que enfrentam dificuldades de ausência de dados de produção e outros dados efetivos. Acredita que a união desses esforços possibilita que se tenha subsídios para gestão da costa brasileira, e se colocou à disposição para sentar com a professora para o alinhamento de ações nesse sentido.

A Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) comentou que o defeso serviu como mecanismo de controle atrelado ao apoio social que possui força, e considerou que apesar de concordar com a Profa. Victoria Isaac (UFPA), especialmente no caso do camarão, é preciso cautela para não desfazer um mecanismo que acaba por colaborar no controle do esforço sem ter ainda uma medida eficiente para substituí-la. Pontuou que para além do camarão, o defeso tem importância para algumas espécies de peixes longevos que realizam obrigações reprodutivas em que se tem época de reprodução e capturabilidade elevada, causando maior vulnerabilidade devido a densidade mais alta. Finalizou dizendo que ainda que em alguns casos o defeso tenha uso equivocado, é preciso considerar esses aspectos.



A Profa. Victoria Isaac (UFPA) sugeriu que a SAP faça uma reunião no próximo ano para dialogar sobre os projetos que estudam o camarão.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz finalizou o bloco de apresentações de pesquisa sobre o camarão e disse que a SAP tem se empenhado para estimular a pesquisa e tomar decisões com embasamento técnico-científico, ainda que a secretaria não possua estatística pesqueira em sua estrutura e tenha baixo orçamento. E agradeceu a todos os professores.

#### **9. APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DA PESCA DE CAMARÕES DA COSTA NORTE E NORDESTE DO BRASIL (REBYC II LAC)**

A Sra. Sandra de Souza Silvestre, Secretária Executiva CPG Demersais N/NE, iniciou a apresentação sobre os planos de gestão regionalizados da costa norte e nordeste do Brasil explicando que tais planos são oriundos do Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe (REBYC II - LAC), que ocorreu de forma simultânea no Brasil, México, Costa Rica, Colômbia, Trinidad e Tobago, e Suriname. O objetivo do projeto envolve a redução dos desperdícios, melhorar o aproveitamento das capturas incidentais associadas às pescarias de arrasto de camarões no país e elaborar Propostas de Planos de Gestão das Pescarias de Camarão, baseados na Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira.

No Brasil, para envolver os principais atores que atuam na pesca de camarões, foram planejadas reuniões locais nas principais comunidades pesqueiras, reuniões estaduais e reuniões regionais, de forma a garantir uma construção participativa das propostas de Plano de Gestão. Assim, 48 oficinas locais foram iniciadas em abril de 2019 e finalizadas em março de 2020 e envolveram a participação direta de 1.453 pessoas, em 156 comunidades pesqueiras, nas diferentes regiões do país. A partir das oficinas foi possível realizar o levantamento dos principais problemas relacionados aos seguintes eixos: Ecológico/Recurso, Ecológico/Ecosistêmico; Social/Humano e Governança. Com esses dados foi possível elaborar os objetivos principais para os planos de gestão, que levam em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

conta os componentes ecológico, social/humano e governança, que serão enviados a todos os membros do GTC e CPG para consolidação das propostas após avaliação e discussão.

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) agradeceu a apresentação da Sra. Sandra de Souza Silvestre e expressou a necessidade do defeso ser visto de acordo com a região e especificidades locais. Disse que a Profa. Victoria Isaac (UFPA) só pecou em dizer que as colônias não tem interesse que os períodos de defesa sejam problematizados pois o interesse existe, e acredita que o próprio ambiente é capaz de nortear as datas mais adequadas para a pesca. Passando a falar sobre o problema de truculência pelo IBAMA, identificado nas oficinas com as comunidades e mencionado na apresentação, ele disse ser uma realidade vivenciada pelos pescadores. Por fim, agradeceu o trabalho da Sra. Sandra de Souza Silvestre e dos outros profissionais da SAP, ratificou a necessidade em unir esforços para finalizar as propostas e solicitou as apresentações ocorridas durante o dia.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) elogiou e concordou com a problematização sobre o período de defeso trazida pela Profa. Victoria Isaac (UFPA), enquanto uma forma de manejo que é forte há várias décadas da gestão pesqueira e que foi questionada através dos dados obtidos através da pesquisa. Disse que dentre os novos modelos que podem ser adotados para administração desses recursos, talvez seja mais inteligente se trabalhar com a ideia de temporadas de pesca (mencionando que talvez o termo remeta a algo semelhante ao que ocorre, mas as implicações práticas são diversas) considerando o que ocorrerá na temporada, quantos barcos estariam em operação, a captura total permitida, dentre outros aspectos que não são considerados na forma atual de gestão quando se prioriza a medida de fechar a temporada de pesca. Refletiu que é importante pensar numa mudança de paradigma, saindo da visão de fechamento para abertura da pesca (levando em conta quais as razões para fazer abertura e as medidas complementares que serão adotadas), contudo concordou com as ressalvas trazidas pela Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) e pela Profa. Victoria Isaac (UFPA) sobre os casos específicos em que se tem a necessidade de haver o defeso.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) respondeu ao Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) que existem locais diferenciados no nordeste, como o caso de Valença-BA, que fica localizada entre duas grandes baías (Baía de Todos os Santos e Camamu) e a bacia de almada, local em que ocorre a desova do camarão sete barbas, fenômeno que é conhecido pelos pescadores incluindo ele que é pescador profissional e armador de pesca. Sobre a temporada de pesca mencionada, ele disse não ver embasamento da prática em outros países e que não acha comparável os oceanos pacífico e atlântico. Por fim, considerou que o defeso é necessário desde que seja dentro dos padrões (período e local) onde acontece a desova.

A Profa. Victoria Isaac (UFPA), respondeu ao Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) que seu posicionamento sobre o defeso se baseia nas pesquisas e dados reunidos ao longo de 35 anos de trabalho. No caso do camarão (inclusive do sete barbas) o defeso não tem a eficácia que se imagina que tem, reconhecendo o conhecimento dos pescadores em relação a desova, já que observam o fenômeno em sua ocorrência. Porém, seu questionamento é voltado ao fato de que a quantidade de ovos que são colocados no mar ou estuário é muito alta, e a mortalidade desses indivíduos também é muito alta. Em decorrência, a proteção desses organismos um-dois meses antes, ou no momento da desova, não tem efeito, pois se produz uma mortalidade de indivíduos fêmeas que vão dar ovos num determinado tempo. Por isso defende que se deve buscar paradas para controle de esforço para reduzir a mortalidade por pesca, já que proteger a desova não tem o efeito que se pensa para proteção do estoque. Dessa forma, é preciso que se controle o esforço e não se pesque os camarões pequenos (recrutamento), e sugeriu que o defeso seja uma compensação para os pescadores que protegem os estoques, não pela desova, mas por outras medidas de manejo (proteção de área, restrição de pesca em algumas épocas, etc) tomada de forma participativa em que o governo premie as pessoas que participam desse manejo.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz leu a pergunta que o Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) fez via chat, que se referia a crítica à atuação do IBAMA em relação às abordagens truculentas. Ele gostaria de entender melhor qual o problema para se posicionar.



A Sra. Sandra de Souza Silvestre respondeu que foi ponto focal de 9 oficinas, nos estados da Bahia e Espírito Santo, oportunidade em que ouviu muitas reclamações dos pescadores em relação ao IBAMA e Polícia Ambiental. Relataram sofrer abordagens brutas (muitas vezes com arma em punho) fazendo-os se sentirem como criminosos, já que muitas vezes nem se pede licença para entrar na embarcação. Diferentemente de como são tratados pela Marinha, com tranquilidade e respeito.

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) relatou exemplos de abordagens truculentas sofridas pelos pescadores de sua região, já registradas e denunciadas.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) retomou a discussão sobre o defeso do camarão, e disse que deve-se pensar na mudança de governo e que se sugira medidas alinhadas e coerentes com o efeito biológico para a próxima gestão. Considerou que sem coerência técnico-científica as medidas não têm nem adesão pelo setor e nem há governança.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) defendeu a instituição sobre os relatos de fiscalizações truculentas dizendo que muitas vezes o IBAMA tem fundamento e motivação para agir dessa forma pois tem sofrido reações agressivas em algumas localidades, entretanto se colocou aberto para acolher as críticas, indicando a necessidade de mais clareza e objetividade para ser possível tomar providências cabíveis e buscar soluções.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz dirigiu-se à Sra. Sandra de Souza Silvestre (secretaria executiva) solicitando que a SAP disponibilize maiores informações sobre as oficinas do REBYC e dê encaminhamento sobre as informações relacionadas à fiscalização.

#### **10. DISCUSSÃO SOBRE MEDIDAS DE GESTÃO PARA PESCA DE CAMARÃO (N/NE)**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz abriu as discussões solicitando que, alinhada às discussões anteriores (levando em conta aspectos biológicos e econômicos discutidos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

durante as apresentações) haja manifestações em relação ao ordenamento voltados à pesca do camarão das regiões norte e nordeste.

O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) disse que o defeso sempre foi uma questão problemática mas que em relação a redução do esforço é uma medida interessante, e defendeu que pelo funcionamento da natureza não ocorrer de maneira fixa devem ser utilizados mecanismos dinâmicos ao invés de datas programadas para proteger o recrutamento. Considerou que é interessante a parada, e sugeriu a formação de comitês regionais que indiquem qual a melhor data para a parada da atividade.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou, como no caso do caranguejo Uçá que é possível por meio de modelos prever a reprodução “andada”, aplicar esses modelos com para o camarão.

O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) respondeu que é muito mais difícil aplicar modelos ao ciclo do camarão pois há maior variação no recrutamento e muita relação com a ocorrência de chuvas, que são muito influenciados por fenômenos como El Niño e La Niña e fatores climáticos de forma geral. Problematizou a forma de manejo do caranguejo uçá e questionou a base desses conhecimentos em que estão fundamentadas tais formas de manejo em que são retirados somente os machos, salientando que mudar essa proporção sexual sem controle pode não ser benéfico, e considerou que ações como essas requerem discussão mais profunda.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) propôs um GT sobre o camarão rosa do norte, avanços acerca da renovação da frota e acesso a linhas de crédito para subsídio para manutenção das embarcações pesqueiras alinhadas ao controle higiênico sanitário.

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) em relação à manifestação do Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) sobre o manejo do caranguejo uçá, argumentou que a fêmea do caranguejo possui uma forma de armazenar o espermatozóide do macho e não precisa copular repetidamente pois se autofecunda, e quem devem ser preservadas pois são menos numerosas além de ficarem vulneráveis a predação no período de desova.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) complementou sua fala anterior salientando a demanda de subsídios para a realização de pesquisas.

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) concordou com as sugestões do Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) e sugeriu que se estude a possibilidade de haver defeso para frota de peixes diversos, que já tem por volta de trinta embarcações sem contar as embarcações que atuam nessa pesca com autorizações complementares.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou ao Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) se a sugestão refere-se em estabelecer que as embarcações com autorização permissionadas nas modalidades que tenham como espécie alvo o camarão e complementar para peixes diversos só possam utilizar a autorização na época de defeso do camarão. O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) confirmou estar correto o entendimento e acrescentou que as frotas específicas para peixes diversos tenham um período de defeso.

O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) respondeu ao Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) que sua crítica está no sentido de que é preciso estudar o efeito da retirada dos machos de caranguejo, já que hoje não há estudos.

A Profa. Victoria Isaac (UFPA) reforçou a importância do GT camarão, sugeriu verificar se há consenso do comitê de que se mantenha o defeso, e que caso afirmativo este ocorra no período de recrutamento para região norte e que seja entendido como um manejo operacional. Salientou que a comunidade de pesquisadores não identificou vantagens do defeso para a região nordeste, e que se houver o defeso seja como uma medida de compensação. Frisou que os projetos apresentados, mesmo com poucos recursos, levantaram dados de diferentes dimensões (ambiental, econômica, etc.) que há muito tempo não se tinha e, portanto, sugeriu à SAP que discuta com a nova gestão e encaminhe como recomendação que os projetos envolvidos com o CPG sejam transformados em projetos de longo prazo para possibilitar políticas de estado. E novos editais, de acordo com as demandas que surgirão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Profa. Flávia Fredou (UFRPE), endossou a fala da Profa. Victoria Isaac (UFPA) e solicitou que para além da continuidade os projetos sejam integrados, pois enriquecem os conhecimentos globais das regiões para o manejo dos recursos pesqueiros. Em relação ao esforço de pesca foi demonstrado, através dos resultados das pesquisas com enfoque ecossistêmico, que o defeso contribui para a redução do esforço o que é benéfico para a proteção dos recursos, contudo quando for pensada a recomendação, que seja no sentido de se pensar essa redução considerando as especificidades como no caso das diferenças mencionadas entre as regiões norte e nordeste. Portanto, ela sugeriu que se dê continuidade nesse acompanhamento, mantendo por hora as medidas hoje adotadas, visionando compreender com mais profundidade as necessidades de cada região em relação à dinâmica do clima. Considerou por fim que a decisão do tipo de mecanismo para efetivo controle do esforço depende também do tipo de pescaria e do local.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) informou que a cooperativa é contra a autorização complementar ocorrer somente no defeso, que seja mantido como é hoje na INI nº 10/2011 em que autorização complementar é concomitante com a espécie alvo, discordando da solicitação do Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA).

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) disse que há um projeto de lei (PL) para acabar com a pesca de arrasto argumentando que como a pesca complementar tem impactado os habitats das áreas de ocorrência do camarão e demais áreas, considerou a importância de se pensar no futuro e na permanência da pesca de arrasto. Assim, defendeu que seja possível a continuidade da pesca de peixes diversos complementar no defeso (acima de dois meses) da espécie alvo.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) disse que as pesquisas que foram apresentadas demonstram que o arrasto não tem se mostrado tão impactante e que a quantidade de embarcações em operação está reduzida. Considerou que se a pesca ocorrer só no período de defeso trará um impacto para a indústria.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz esclareceu que os resultados demonstraram que o estoque de camarão está em equilíbrio mas que há impacto na fauna acompanhante capturada na pesca de arrasto, e se dirigiu aos representantes da COOMPESCAR e



SINPESCA informando que a secretaria executiva tomou nota e iria propor uma recomendação em relação à temática.

A Sra. Sandra de Souza Silvestre esclareceu que a SAP (levando em conta todas as consequências sociais e econômicas) se posicionou contra o projeto de lei mencionado pelo Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA), que visa proibir a pesca de arrasto em todo litoral brasileiro nos moldes do que já ocorre hoje no estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) informou que a quantidade de embarcações reduziu de 250 para 110, e que hoje estão em operação cerca de 50.

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) refletiu ser importante considerar dentro do CPG os gargalos regionais e nacionais e que tal projeto de lei ataca a pesca de arrasto. Informou que o número de embarcações foi de 250 para 180, depois para 110, e que hoje há 101 embarcações na pesca de arrasto. Por fim, reconheceu a importância da autorização complementar para a economia, mas que deve haver critérios para que seja mantida na região, já que as embarcações que atuam nas modalidades de camarão, piramutaba e peixes diversos atuam no mesmo polígono fazendo com que o excedente de embarcações impacte as zonas camaroneiras, ameaçando o setor.

O Sr. José George Santana da Hora (COLÔNIA Z-15) informou que a relatoria do PL está com um deputado que é pescador, para tranquilizar os membros.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz encaminhou o fim do primeiro dia da 1ª Reunião Ordinária do CPG Demersais Norte e Nordeste, pedindo aos membros que abrissem suas câmeras para registro e agradeceu aos participantes desejando bom descanso a todos.

## **SESSÃO PARGO**

### **11. HISTÓRICO SOBRE MEDIDAS DE GESTÃO DO PARGO**

A Sra. Sandra de Souza Silvestre, Secretária Executiva CPG Demersais N/NE, enunciou que a apresentação do histórico foi focada nas principais normativas que contêm medidas de gestão para o recurso. Dessa forma, demonstrou a relação das principais



legislações que trazem medidas de impacto para o setor, e o que cada uma delas estabelece para a pesca do pargo.

Informou que até o ano de 2012 as medidas de gestão envolviam ordenamento, controle, monitoramento e fiscalização e a frota se encontrava fechada. No ano de 2014 foi publicada a Portaria MMA nº 445/2014 em que o pargo foi classificado como vulnerável, conferindo assim medidas de proteção como a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização. Em 2018 foi publicada a Portaria MMA nº 73/2018, que permitia o manejo sustentável com algumas condições e que possibilitaram a elaboração de Plano de recuperação do pargo que viabilizou a publicação da Portaria MMA nº 228/2018 e a Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 42/2018. A lista apresentada pela Portaria MMA nº 445/2014 foi atualizada pela Portaria MMA nº 148/2022, que foi revogada pela Portaria MMA nº 300/2022. Já a Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 42/2018 estabelece as áreas de pesca, defeso, artes de pesca, limitação da frota, e obrigatoriedade das embarcações estarem aderidas ao PREPS realizarem a entrega do Mapas de Bordo e Declaração de Estoque. Atualmente a frota permite 150 embarcações de pesca, sendo que 25 destas podem ter comprimento maior do que 15 metros.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e reforçou a importância em conhecer esse histórico já que o pargo é uma espécie ameaçada, ressaltando o entendimento de que quando se discute o ordenamento da espécie se considere o fluxo processual que deve ser internalizado pela gestão e encaminhado ao MMA para deliberação e construção de um novo Plano de recuperação do pargo, que possibilite a criação de um novo ato normativo.

## **12. SITUAÇÃO DO REGISTRO E MONITORAMENTO DA PESCA DO PARGO**

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) apresentou o levantamento parcial de 2022 das modalidades e características das embarcações pargueiras demonstrando a distribuição das embarcações, o comprimento médio e arqueação bruta média nas três frotas. O levantamento dos cruzeiros realizados de 1º janeiro a 31 de julho de 2022 relatou a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ocorrência de 341 cruzeiros e da obrigatoriedade de entrega de Mapa de Bordo, sendo que 158 dos mapas já foram digitados revelando uma produção de 660 toneladas de pargo e 270 toneladas outras espécies (fauna acompanhante e pesca complementar). Esses dados serão atualizados e disponibilizados no painel até janeiro de 2023.

### **13. PROJETOS DE PESQUISA**

#### **13.1. Projeto Análise da Cadeia Produtiva do Pargo (*Lutjanus purpureus*) e a Viabilidade do Controle de Capturas nas Empresas Exportadoras Como Subsídio à Implantação de um Sistema de Cotas**

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) introduziu a apresentação explicando que trata-se dos resultados de um projeto que foi desenvolvido entre o fim de 2021 e início de 2022, com foco em compreender a estrutura da cadeia produtiva do pargo e a viabilidade em utilizar, à partir desse conhecimento, o controle do volume de produção para suportar um sistema de cotas na pescaria, como uma das medidas de gestão voltada à recuperação do estoque.

Nesse momento agradeceu as quatro empresas que participaram da pesquisa, e informou que esta buscava dar subsídios a duas ações emergenciais contidas no Plano de Recuperação do pargo. Assim, os objetivos envolviam estimar volumes de produção total de pargo e seus respectivos destinos, discriminando-se a contribuição do mercado interno e externo na absorção da produção; identificar os principais players na cadeia produtiva da pesca do pargo e suas respectivas fatias de mercado; mapear o fluxograma de processos que ocorrem dentro das empresas envolvidas no processamento e na exportação de pargo, incluindo descrição dos produtos e seus respectivos rendimentos; analisar a consistência dos dados de exportação de pargo e a viabilidade do uso do COMEXSTAT e das bases de dados da NOAA para fins de controle e/ou validação da produção anual de pargo no Brasil; desenvolver, implantar e avaliar o funcionamento de um sistema piloto de controle de produção nas principais empresas pesqueiras envolvidas no processamento e na exportação de pargo; identificar limitações para o controle de cotas de captura na pesca do pargo, apontando as principais lacunas de informações e pressupostos que se tem de assumir ao implantar um modelo de gestão baseado em cotas; e por fim recomendar quanto



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

à viabilidade do controle de cotas e ações necessárias por parte do setor produtivo e governo.

Os resultados e conclusões apontaram que a cadeia produtiva está estruturada na forma de funil com poucas empresas voltadas à exportação, sendo que apenas 11,2% dos recebimentos de mercadoria foi destinada ao mercado interno. O produto refere-se ao peixe inteiro com rendimento de 93%, o que possibilita um maior controle do fluxo, e este controle de recebimento nas empresas possibilita um controle mais adequado da produção. Além disso, o controle do sistema de cotas pode ser validado por múltiplos sistemas (Sistema de Controle, COMEXSTAT, NOAA e Mapas de bordo) e recomendou que devido as conclusões citadas anteriormente, o mercado externo seja utilizado como referencial para as metas de produção desse sistema.

Por fim apresentou uma primeira proposta para calcular a cota voltada ao mercado externo levando em conta esses dados mais confiáveis ao invés de um valor fixo. Portanto, a equação  $(Cota = [(E_{int}/0,93) + (E_{fil}/0,4)] \times 1,112)$  para conhecer a meta deve considerar o que é exportado de peixe inteiro, dividido pelo rendimento, que é somado a produção exportada em forma de filé, dividido pelo rendimento, e multiplicado pelo fator de mercado interno.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu a apresentação e ao setor produtivo pela abertura em participar da pesquisa.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) perguntou se existe proposta para a elaboração de algum dispositivo de rastreabilidade do pescado, incluindo na pergunta OCEANA BRASIL e SAP.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) entende que rastreabilidade é identificar a origem (de qual embarcação, local em que foi capturado, se há autorização, etc). Para controlar a mortalidade se deve controlar o volume, pois o que causa o impacto no estoque do pargo é a remoção excessiva, e devido a isso argumentou que é preciso controlar a remoção mantendo a produção em determinados níveis. Observou com o projeto que existem poucas empresas comprando pargo de diversas origens e que se houver uma



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

meta a ser atingida esse já é o primeiro passo para resolver o problema biológico. Assim, considerou que um sistema de rastreabilidade seria algo simples mas depende que todas as embarcações sejam registradas, que é primordial que se tenha alguma ferramenta que limite a mortalidade por pesca, portanto o foco da pesquisa não abrangeu o problema da origem do pescado, ainda que seja de grande importância.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) parabenizou a pesquisa e disse que é uma proposta interessante e eficaz, e sobre o tamanho mínimo disse que é preciso lembrar que em torno de 25% do pescado fica no mercado interno pois não é absorvido pelo mercado externo.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) agradeceu a todos e as empresas participantes do estudo, e disse que o relatório já está disponível.

### **13.2. REPENSAPESCA**

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) se apresentou, e disse que o projeto firmado em parceria com a SAP teve início no ano de 2018 explicando que a apresentação não abrangeria todo o projeto, focando o pargo e apresentou a equipe de pesquisadores colaboradores. Assim, introduziu fazendo um apanhado dos últimos 60 anos de gestão pesqueira no Brasil e problematizou a necessidade de haver pesquisas para se pensar a pesca sustentável do país.

Após esclarecer os eixos de trabalho do projeto REPENSAPESCA passou a tratar da contribuição desses estudos para medidas de gestão da pesca do pargo (*Lutjanus campechanus*), e informou que pesquisas recentes têm demonstrado que não há diferenciação suficiente entre o *Lutjanus campechanus* e *Lutjanus purpureus* para que sejam consideradas como espécies diferentes, contribuindo na identificação taxonômica. Disse que investigação sobre a idade e crescimento do pargo já tem demonstrado a longevidade da espécie.

Em relação à reprodução, as análises microscópicas trouxeram reflexões sobre a biologia reprodutiva e captura de juvenis, e verificou-se que o pico reprodutivo ocorre entre os meses de abril e junho. Em cruzeiros científicos realizaram a coleta de amostras para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

identificar aspectos histológicos e o momento da desova ocorrendo em abril e maio. Além disso, unindo dados foi possível prospectar que a desova ocorre em toda área onde o pargo é pescado, e exibiu um vídeo do modelo de dispersão larval que foi utilizado na decisão para avaliação de estoque, pois leva-se em conta a biomassa desovante.

Para a avaliação de estoque foram realizadas séries históricas de capturas desembarcadas reconstruídas para o período de 1950 a 2022, utilizando-se o método Stock Synthesis SS3. Os resultados da série temporal estimada de 1962 a 2021 demonstrou percentual de 76,7% de chances de que a espécie esteja sendo sobrepescada e sobrepescada, contudo a Profa. Beatrice Padovani (UFPE) disse que uma boa notícia verificada é a grande resiliência do pargo sendo portanto um estoque muito recuperável (longevo, com grande potencial reprodutivo).

Exibiu projeções de recuperação para o futuro com diferentes níveis de capturas, a partir do quantitativo de remoção (de peixe que sai do mar), e a proporção de recuperação aumenta com a redução da remoção. Passando a falar sobre aspectos que penalizam o modelo abordou a captura de juvenis pela frota comercial e questionou se existirão indivíduos em quantidade suficiente para repor a biomassa reprodutiva se for mantido esse padrão de captura mercadológico. Outra preocupação relatada é se os indivíduos estão sobrevivendo para desovar em grandes quantidades, já que existe uma clara relação entre o tamanho do indivíduo e sua contribuição para a desova, e ao capturar juvenis se corrói a estrutura de resiliência da espécie.

Como soluções falou da gestão espacial e da importância de áreas prioritárias para proteção, zoneamento para solução de conflitos/incertezas e utilização da trajetória de fontes e sumidouros das larvas. Por fim, como recomendações para gestão falou em da necessidade em ter estatísticas de desembarque, cruzeiros científicos, observadores de bordo e continuidade de pesquisa em séries longas. Enfatizou que a relação com o setor produtivo deve ir além da colaboração pois o interesse pela atividade é principalmente do setor, sendo indispensável maior envolvimento deste. Além disso, deve-se aplicar um conjunto diversificado de medidas complementares considerando as incertezas e realizar manejo com base ecossistêmica que considere as mudanças climáticas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) agradeceu e perguntou se há mesmo uma produção grande de pargo na região leste, pois não conhecia essa fonte. Além disso, perguntou se o novo entendimento em relação a taxonomia da espécie reside na contribuição de que as informações biológicas sejam utilizadas com mais segurança.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) confirmou, contudo salientou que tratam-se de estoques diferentes (forneceu o exemplo dos EUA, que faz a análise a partir dos dois estoques) e que utilizaram parâmetros biológicos do Brasil na pesquisa. E sobre a pergunta sobre a dispersão larval da região leste ela destacou que o modelo não demonstra que está ocorrendo, e sim a possibilidade de ocorrência.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) perguntou se o modelo é válido para qualquer espécie.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) disse que não, que há influência da espécie.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) agradeceu e parabenizou a todos envolvidos no projeto. Perguntou sobre a avaliação de estoque, se estava correto que só entre 2010 e 2020 é que a biomassa do estoque desovante caiu, ao que a Profa. Beatrice Padovani (UFPE) respondeu afirmativamente e o Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) questionou sobre os critérios para classificação de vulnerabilidade. Sobre o aumento da mortalidade por pesca nos últimos 5-7 anos, quando já se tinha medidas de gestão, o representante também manifestou dúvida sobre esse aumento expressivo demonstrado pelo modelo. E finalmente disse que acredita-se que é mais fácil o controle do esforço que o controle da captura, e que essa ideia não deve proceder principalmente quando se considera a pesca ilegal e dificuldade de registro das embarcações.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) respondeu que quando se faz a avaliação de vulnerabilidade se considera o histórico da dispersão da espécie, e o pargo colapsou em boa parte de sua distribuição, provocando uma redução significativa da população. Sobre o segundo questionamento ela disse que a tendência é crescente no modelo pois é incorporada a resiliência da espécie, em relação ao aumento de remoção. Sobre a consideração final do Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) concordou que deve



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

haver mais envolvimento do setor e considerou que o controle de esforço tem lacunas, por isso se deve trabalhar com a diversificação de medidas de controle para o manejo da atividade.

O Sr. Roberto Ribas Gallucci (MMA) parabenizou as duas apresentações anteriores e disse que é muito benéfico ver dados de qualidade para se pensar na gestão pesqueira, já que a falta de dados impacta as projeções e as propostas ficam com um grau elevado de incerteza, que ao serem testadas na prática precisam ser alteradas. Assim, considerou que a antecipação é muito positiva, e vislumbrou que o momento é de grandes oportunidades para melhorar a gestão da pesca do pargo pois estão envolvidos diversos atores nesse processo. Por essas razões expressou que esse tipo de ação e projeto devem ter continuidade, e perguntou o que os participantes acham dessa aproximação e como recomendar para que seja mais permanente.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) concordou e disse também achar que a pesca do pargo é privilegiada por ter essa oportunidade de melhoria na gestão, e lembrou-se da dificuldade de encontrar os recursos para realizar as pesquisas. Ela considerou que tais estudos deram um sopro de esperança, por isso precisa-se formar pessoas, continuar realizando fóruns e persistir no esforço de integrar os esforços com outros projetos, pois não existem tantos pesquisadores qualificados. Sugeriu a evolução (que depende de linhas de financiamento públicas) de forma transparente.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) parabenizou o trabalho e considerou sobre a carência de informações, disse que os dados apresentados têm qualidade mas tem pequena quantidade, e que pode haver bastante diferença do volume pescado entre as embarcações. Enfatizou a importância da participação setor, que está afastado do discurso acadêmico e por isso não adere, além de achar que para essa adesão ocorrer é preciso ampliar a quantidade de dados com essa qualidade.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) concordou com essa dificuldade em expandir os estudos, mas reforçou que apesar das incertezas existe confiabilidade nos dados pois é



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

calculado o intervalo de confiança nos modelos, que as medidas devem ser tomadas e serem reavaliadas permanentemente.

A Profa. Bianca Bentes (UFPA), em relação à fala do Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) explicou que há muitos cuidados na seleção dos dados a serem analisados. Percebeu que há mudanças no paradigma do setor, que ela observa o interesse para adotar mudanças, o estímulo para que exista esse envolvimento e continuidade nos estudos, principalmente in loco. Ela considera que são dados realísticos levantados e discutidos ao longo de anos, com a presença de pesquisadores nos portos.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) falou que os dados do Global Fishing Watch foram inseridos desde 2006 e que poderiam ser utilizados, e perguntou se os mapas de bordo estão inseridos na modelagem.

A Profa. Beatrice Padovani (UFPE) disse que não se utilizou os Mapas de Bordo, somente os dados de PREPS e outros registros que tiveram certa dificuldade de acesso. A impressão que ela teve, a partir da fala do MAPA, é que a base ainda está sendo aprimorada e que quando estiverem mais confiáveis e completos seria ótimo contar com os dados.

### **13.3. Projeto Censo Estrutural da Pesca do Pargo (Setor-UFRA)**

O Sr. Ivan Furtado (UFRA), coordenador do projeto, foi substituído pela Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA), que cumprimentou a todos, parabenizou as apresentações anteriores e expressou a satisfação em ver retomado os comitês. Ao iniciar a apresentação informou que o projeto foi financiado pelo SINPESCA, e se felicitou por ver a evolução do envolvimento do setor na busca de informação para a gestão da atividade.

Salientou que a preocupação com a avaliação de estoque é principalmente ambiental, mas deve ser considerado também os aspectos econômicos e sociais que estão envolvidos na gestão e no ordenamento. Ao considerar que o número de embarcações permitidas é de 150, disse que é sabido que operam muito mais, e portanto a pesquisa buscava caracterizar as embarcações, artes de pesca, locais de desembarque, tipo de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pescarias, espécies capturadas e conhecer os atores sociais envolvidos direta e indiretamente na atividade da pesca do pargo.

Como resultado dos locais de desembarque a Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) comentou que o controle é facilitado pois são locais de fácil identificação e regulares. Foi realizado também o levantamento e quantificação das embarcações pargueiras por tipo, local e município, com o objetivo de conhecer o número real de embarcações em operação. Através de dados oficiais foram identificadas 442 embarcações atuantes nos últimos 10 anos (do Ceará ao Pará), e através da pesquisa foram localizadas pela equipe 324 embarcações ativas nos portos em 2022. Do total encontrado apenas 33% das embarcações em que o pargo é a espécie principal possui autorização de pesca, e nesse momento a Professora refletiu as implicações desse quantitativo para o esforço de pesca. Passando a apresentar o perfil socioeconômico dos pescadores de pargo citou informações sobre o estado civil, naturalidade, idade, escolaridade. Observou-se que os pescadores, possivelmente em decorrência da baixa escolaridade, se capacitam pouco em cursos voltados à atividade pesqueira.

Em relação a forma e remuneração foi observado que a maioria dos pescadores ganha por produção, e 82% desses não possui a documentação junto ao MAPA, atuando de maneira informal. Contudo, 29% possuem carteira assinada, um índice maior que o observado em outras pescarias, mas 62% dos pescadores nunca pagaram por seguridade social, inviabilizando que esses pescadores deixem a atividade para se aposentarem. A grande maioria (81%) não possui vínculo com colônias, outro fator que dificulta a aposentadoria. Sobre a renda dos pescadores a Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) disse que foram surpreendidos pelos dados que mostraram que 53% ganha de mil a três mil reais, demonstrando que é uma modalidade de pescaria que remunera bem. A maioria dos pescadores não quis informar se era beneficiário do seguro defeso.

Já sobre a cadeia produtiva, verificou-se que 84% dos compradores de pargo são empresas, corroborando a pesquisa da OCEANA BRASIL. Nesse momento a professora salientou que é necessário maior abertura do setor para se estudar de forma aprofundada os aspectos econômicos da atividade, e trouxe os resultados do custo de armação de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

embarcação, informando que utiliza-se mais a pesca de manzuá pela redução da mão de obra e menor custo de confecção do petrecho, em contrapartida ao uso da pargueira, que exige habilidades específicas dos pescadores para essa operação. Ao tratar do rancho da pescaria mencionou que os pescadores avaliam bem a qualidade da alimentação e bem estar, e o item mais consumido é a farinha de mandioca, o que demonstra que a pesca movimentava a economia local de outros produtos na região.

As recomendações derivadas da pesquisa envolveram medidas já implementadas (tamanho das frotas, áreas de proteção, tamanho mínimo de captura, defeso, seletividade do petrecho) e como não implementada a professora citou a medida de cota de captura para maior controle, o que seria mais eficaz já que a maior parte do pescado vai para o mercado externo.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu a Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA), a UFRA e ao setor por estar fomentando esse tipo de estudo, o que demonstra que há consenso de que é necessário agir para a manutenção da pesca do pargo.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) parabenizou a apresentação e perguntou sobre a amostra de embarcações, o quanto destas estão em outras modalidades (oportunistas) e as que dependem apenas da pesca do pargo. Além disso, em relação à produção exportada, perguntou se as 15 toneladas de pargo ao ano demonstrada de fato cobrem os custos de armação por embarcação. Também expressou dúvida sobre os valores demonstrados nos custos de produção, no que se refere ao montante total apresentado.

A Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) respondeu que existem algumas embarcações oportunistas, mas as mais antigas são exclusivamente voltadas para produção do pargo, e que fizeram as verificações em porto para confirmar. Em relação aos custos, respondeu que os dados foram levantados através dos gastos que as empresas informaram, e ela acredita que como há variação do dólar, não deve haver prejuízo.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) considerou ótimo a pesquisa considerar as outras duas pernas do tripé da sustentabilidade ao estudar os pescadores e economia, e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

disse que a professora se equivocou na quantidade de farinha, que o dado seria 20 toneladas por mês. Finalmente, refletiu que a gestão de cota para o pargo não deve se inspirar no sistema de cotas da tainha, que está focado na quantidade em embarcações.

A Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) confirmou que se equivocou sobre o dado do consumo de farinha de mandioca, são 200 toneladas ao ano.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) parabenizou e ressaltou a importância do estudo e expressou dúvida sobre a amostra considerada em um dado apresentado, relatou achar interessante os dados sobre a faixa etária dos pescadores e perguntou o que eles consideraram sobre os jovens que não estão em ligados a uma entidade, ou colônia. Perguntou ainda em relação aos cursos de capacitação e sobre o porte das embarcações apresentadas.

A Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) confirmou ser sobre o universo total de embarcações e informou que o relatório da pesquisa está com o setor, caso a SAP se interessasse em conhecer de forma mais aprofundada os resultados. Em relação à pergunta sobre os pescadores jovens, verificou-se que são principalmente os pescadores mais velhos que estão coloniados, e sanou as dúvidas restantes ao dizer que os dados foram obtidos através do que os pescadores responderam nos questionários.

O Sr. Manoel Fernandes Ribeiro Junior (COOMPESCAR) parabenizou os professores pelo trabalho e expressou sua dúvida em relação ao dado de que 82% dos pescadores que não possuem RGP, perguntando qual é a dificuldade que estes possuem em tirar o RGP. Além disso, perguntou sobre a ocorrência de desembarque na praia de Ajuruteua, que este não tinha conhecimento.

A Profa. Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA) considera que eles não estão devidamente informados sobre os procedimentos para a regularização, e à baixa instrução deles. Sobre o desembarque, a professora esclareceu que são barcos menores que eventualmente desembarcam na localidade, mas o local principal é Bacuriteua.



O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) parabenizou o elucidativo estudo e manifestou seu contentamento em verificar a disponibilidade e interesse do setor em investir no projeto de pesquisa.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) disse que um fator dificultante para que os pescadores não consigam estar regularizados junto ao MAPA é referente a classificação da pesca do pargo como industrial, que ele já havia mencionado no dia anterior, que consequentemente afeta no cadastro dos pescadores para a obtenção do RGP.

#### **14. DISCUSSÃO SOBRE MEDIDAS DE GESTÃO PARA PESCA DO PARGO**

Ao iniciar a discussão o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz mencionou os subsídios trazidos através do projeto REPENSA PESCA, em relação ao período de reprodução do pargo (abril a julho), e que na normativa o defeso vai de dezembro a abril, e considerou sobre a possibilidade do comitê encaminhar uma recomendação para possíveis revisões desse período de defeso baseado nos novos subsídios.

A Prof. Beatrice Padovani Ferreira (UFPA) disse que se constatou que a desova ocorre para além do período de defeso, o que não significa que não ocorre desova no período que o defeso é estabelecido. Considerou que não é possível tratar dessa medida isoladamente e que se deve pensar que ela é importante para reduzir o esforço.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz disse que seria interessante encaminhar essa demanda para o GTC, para discutir esses aspectos biológicos. E considerou que as falas e recomendações ligadas às cotas deveriam ser discutidas nesse momento, bem como o cadastramento das embarcações e pescadores.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) disse que o ponto de partida deve ser internalizar que não tem havido sucesso com as medidas que foram implementadas, como tamanho mínimo, áreas, defeso e outras medidas históricas, já que os estudos vêm



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

mostrando que o estoque continua caindo. Recomendou trabalhar paralelamente fazendo o controle de capturas, entradas e saídas junto às empresas que concentram quase todo o volume de produção.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz achou o momento oportuno e pediu que os membros se manifestassem sobre o tema, para esgotar a discussão no fórum.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) concordou com o Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) pois ocorre um afunilamento em poucas empresas, o que possibilita maior efetividade para o controle. Disse ter algumas dúvidas sobre o estudo estar voltado somente para os dados das exportações, mas que de fato seria o melhor caminho a seguir hoje. Mencionou a extrapolação no número de embarcações para além do limite estabelecido, lembrando que além dessas há as embarcações permissionadas em modalidades que o pargo é capturado como fauna acompanhante, provocando a refletir sobre outra forma de permitir as licenças das modalidades, pois há impacto. Enfatizou que é preciso haver alinhamento por parte dos órgãos de governo, pois caso não, no futuro não sairá o certificado sanitário (CSI) e declaração de exportação do pargo. Salientou que já vem conversando com o setor que a ideia de cotas é interessante, contudo há que se pensar que esse limite será dividido para todas as embarcações, limitando a atividade do barco, o que pode inviabilizar economicamente a operação.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou se a adoção das cotas, considerando-se a frota atual de 324 embarcações, seria rentável economicamente e qual seria o limite de captura. Em relação ao direcionamento do pescado indagou se o afunilamento mencionado seria construir uma cadeia fechada e direcionar aos estabelecimentos sob serviço de inspeção federal (SIF).

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) falou que o que expressou como afunilamento refere-se ao ponto de controle do total capturado em cima de algum coeficiente. Esse total capturado seria dividido entre esses pontos de controle (empresas) sobre uma base ou valor que precisa ser discutida num grupo de trabalho, a seu ver.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Salientou que de qualquer maneira haverá outros caminhos para o escoamento da produção que não serão controlados, como o percentual que fica no mercado interno.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) disse que no mercado interno há sim um percentual da produção que absorve uma parte que não tem o padrão para o mercado externo. Contudo o motor econômico é o mercado externo, e por isso defendem que é a melhor forma de controle, pois há muita documentação e pode ter aplicação mais facilitada de controle. Em síntese, ou se monitora as embarcações ou as poucas empresas, o que caracteriza esse funil.

A Prof. Beatrice Padovani Ferreira (UFPA) perguntou aos membros porque considera-se que as medidas implementadas atualmente não funcionam, e o que precisam para funcionar. No seu entendimento não funcionam não porque não sejam efetivas, e sim porque faltou implementação, como fiscalização, etc., e considerou que o mais adequado seria diversificar as estratégias de manejo dos recursos, talvez estabelecendo pesos a estas, e se realizar uma avaliação estratégica de manejo para que com o tempo se saiba quais medidas são realmente efetivas.

O Sr. Carlos Cesar de Mello Júnior (ABIPESCA) disse que focar apenas em uma medida de controle acaba por desprezar um conjunto de ações que visam controle (voltados aos aspectos biológicos pesqueiros, econômicos e sociais) super simplificando uma problemática complexa, ainda que a sugestão do limite de captura possa ser uma medida eficiente. Além disso, considerou que o mercado interno pode ser problemático, já que não passarão por medidas de inspeção e fiscalização, e argumentou que se deve ter cuidado e fazer esses ajustes gradativamente. Sugeriu que o trabalho deve ser iniciado com o recadastramento das embarcações para a correta distribuição do esforço de pesca.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) disse que apesar de limitada, a fiscalização acontece. Ele acredita que um dos principais motivos do CPG é avaliar a aplicabilidade das normas impostas e verificar como poderia ser fiscalizado. E disse que hoje se tem perspectivas para aumento de fiscalização a partir do ano que vem, pelo aumento de efetivo, capacitação e aquisição de meios. Mas acredita ser importante avaliar qual a efetividade das medidas impostas. Concordou com a fala da Prof. Beatrice Padovani Ferreira (UFPA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e do Sr. Carlos Cesar de Mello Júnior (ABIPESCA) no sentido de controlar a captura através das empresas sem desprezar outras medidas, e a necessidade de se recadastrar as embarcações. Considerou que o controle de esforço e fiscalização se fragiliza por haver muitas embarcações sem licença, ou com autorizações temporárias, prejudicando a efetividade de outras medidas.

O Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) enfatizou a fala inicial do Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz, ressaltando que trata-se de uma espécie ameaçada, e mencionou o Plano de Recuperação junto a SAP e setor.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz concordou e pediu que o Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) falasse mais sobre o plano de recuperação, já que qualquer medida de gestão deve considerar todo o fluxo para que esteja subsidiado.

O Sr. Alex Garcia Cavalleio de Macedo Klautau (ICMBio) expôs que o plano de recuperação está sendo tratado em um fórum, analisando-se as metas cumpridas e as que devem ser cumpridas, e que haverá uma junta para avaliar todas as demandas para melhor atualizar as ações do plano a serem implementadas, salientando que os dados técnico científicos são muito importantes. Informou que as atividades do fórum deverão ser retomadas em fevereiro de 2023, em que serão tratadas as demandas, inclusive as que estão sendo feitas no CPG. Além disso, comunicou que existe um processo em andamento no Ministério Público em relação a efetividade dos Planos de Recuperação, exigindo que os procedimentos sejam realizados da forma mais ordenada possível.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e informou que todas as recomendações construídas na reunião serão direcionadas para subsidiar o subgrupo de avaliação, bem como o relatório final do projeto REPENSA PESCA.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) esclareceu que sua fala não defendia que as cotas deveriam ser uma medida única, que o controle pelo mercado seria mais uma ferramenta. Ele conjectura que as medidas não funcionam pelo caráter cultural do Brasil em que há dificuldade na implementação das normas, e que é preciso trabalhar na aplicação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

destas (utilizou a expressão "*enforcement*"). Deu como exemplo a adesão ao PREPS que começou a funcionar depois das medidas de suspensão.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) disse que não se posiciona afirmativamente sobre algo que sabe que não será possível cumprir, e considerou, a partir da fala do Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE), que muitas vezes são penalizadas os cidadãos que estão minimamente legalizados, não sendo aplicadas sanções a todos. De forma correlata, considerou que na pesca são mais penalizados os pescadores que possuem licença e não todo o conjunto de atores envolvidos na atividade (SAP, setor e pesquisadores). Disse que é preciso construir uma relação de confiança e cumplicidade entre todos que participam da atividade pesqueira. Finalmente opinou que caminhar na lógica de cotas e regularização da frota poderá afunilar grande parte dessa produção, que nenhuma forma de manejo única conseguirá sanar todas as brechas e que a medida já vai limitar como consequência o que será escoado no mercado interno. Sugeriu que o processo de formação da frota do pargo seja reiniciada, favorecendo quem já exercia a atividade.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) esclareceu que também acredita no conjunto medidas, mas que defende o controle via mercado externo. Sobre a indagação da Prof. Beatrice Padovani Ferreira (UFPA) respondeu que acha que não funcionam pois não são implementadas, que é difícil controlar o quantitativo de embarcações em operação, e ele calcula que é mais fácil a medida proposta. Concordou que os problemas são complexos e que é necessário os olhares dos diferentes atores, mas que é imprescindível reduzir a mortalidade por pesca.

O Sr. Carlos Cesar de Mello Júnior (ABIPESCA) disse que ficou claro na fala do Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) que a medida é uma etapa, mas não entendeu como fazer cota de exportação sem cota de captura pois há muitos problemas sistêmicos da gestão, e obscuridade nos dados da informalidade do mercado interno. Isso poderá penalizar quem está legal e favorecer quem está ilegal.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) concordou com o Sr. Carlos Cesar de Mello Júnior (ABIPESCA), reforçou que fiscalização acontece em todos elos da cadeia e defendeu que haja medidas de controle em todos elos, demandando a rastreabilidade do pescado que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pode fortalecer a proposta da cota para o futuro. Ainda sim, considerou que pode haver a implementação da medida defendida pelo Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) e que talvez não seja preciso esperar todas as outras etapas a serem resolvidas.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) concordou com a fala do Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) em relação ao recadastramento da frota, contudo ratificou sua posição de que sem o *enforcement* as medidas não são adotadas mesmo que previstas nos atos normativos. E propôs encaminhamento à SAP, que oficialize ao Global Fishing Watch no âmbito do Memorando de Entendimento existente, a trabalhar acesso público ao banco de dados do GFW Brazil com ferramentas de filtro que permitam selecionar modalidades.

A Sra. Valdimere Ferreira (MAPA) reiterou que a SAP concordou com as falas de que entende a necessidade de unir forças e que o aprimoramento da gestão deve ser realizado constantemente. Quanto ao registro das embarcações e monitoramento, sabe-se que há problemas e acredita que todos os atores devem estar envolvidos na gestão. Concordou que o recadastramento da frota pargueira deve ser concretizado da forma mais breve possível informando que a SAP está à disposição. Em relação ao encaminhamento feito pelo Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) comunicou que já foram realizadas algumas reuniões com a Global Fishing Watch para ajustes no acesso, e que já estão trabalhando nesse sentido, contudo reforçou que a solicitação realizada no CPG fortalece essa construção.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) observou a necessidade de aproveitar a oportunidade para os atores envolvidos na pesca trabalharem juntos na busca de soluções dos problemas de ordenamento, e disse que criou uma minuta com sugestões que encaminhará ao Sr. Rivetla Edipo Cruz. Em relação à fiscalização, fez sugestões de que o IBAMA foque os esforços nas embarcações que estão sem rastreamento e sem licença, considerando que os que possuem são mais visados que os que estão irregulares.

A Profa. Bianca Bentes (UFPA) indagou se os sistemas (SiSRGP, PREPS, SISCOMEX, etc) poderiam ser integrados, e refletiu que no recadastramento das embarcações seria importante conectar as informações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) concordou com o bom momento que o fórum propicia, mas vê fragilidade sobre o encaminhamento de recomendações pois o MMA e ICMBio são os responsáveis pela gestão das espécies que estão classificadas como ameaçadas de extinção, como é o caso do pargo. Dessa forma, em seu entendimento, o MMA irá receber um material muito rico vindo do REPENSA PESCA, e julga que uma boa recomendação é discutir como vai se trabalhar na redução da mortalidade por pesca. Questionou o que recomendariam pro MMA de medida factível para se reduzir essa mortalidade, e enfatizou que para realizar o recadastramento da frota é indispensável se pensar no controle do volume de produção.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) respondeu a fala da Profa. Bianca Bentes (UFPA) dizendo que o que ela propôs é impraticável (integração através de mapa de bordo e nota fiscal), justificando que o controle por por exportação é possível através do SISCOMEX que limita especificamente a saída e é muito difícil controlar de outra forma, pois a produção começa a ser escoada antes de chegar na indústria.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou ao Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) e ao Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) como ocorreria operacionalmente o controle em relação ao limite de exportação e cotas.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) disse que precisaria de um grupo de trabalho para discutir o operacional detalhadamente, e que a ideia em si envolve um mapeamento das empresas, ter um sistema de registro da entrada de matéria prima para controlar o volume e quando se atingir o limite é encerrada a safra. Validação das informações por comparação com a entrada dos dados exportados através das bases (SISCOMEX, NOAA, SIF, Nota Fiscal, etc), e o controle seria realizado pela SAP/MAPA em tempo real, e posteriormente seria realizada a auditoria para ajuste da cota seguinte.

O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) disse que o controle do esforço deve considerar que a legislação já tem um conjunto de medidas, assim o questionamento é como saber se isso está reduzindo o esforço. Acredita que é preciso um sistema conjunto com o setor, principalmente agora que o mercado externo exige certificação, provocando maior abertura deste. Sugeriu fazer ajustes das áreas protegidas e das datas que envolvem



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

a sazonalidade do ciclo da espécie, nas normas que já existem. E maior colaboração do setor para o monitoramento de parâmetros biológicos, para subsidiar a adaptação das normas.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) quis complementar a fala do Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) informando que o quantitativo de peixe exportado considera os peixes maiores, e na prática se a frota for regularizada haverá rastreamento dela. Além disso, as empresas terão a relação das embarcações registradas permissionadas na modalidade, contanto que o processo de renovação da frota seja mais ágil. Defendeu a aplicação de multas das embarcações que não cumprirem as obrigatoriedades, ao criticar a medida de suspensão que impede que a embarcação possa continuar em operação. E propôs que no sistema para registro da produção ocorra o acompanhamento do volume, possibilitando o fechamento da pescaria quando a meta de produção for atingida. Sugeriu que haja de forma predeterminada um “gatilho” acima e abaixo da cota, e depois de três anos de acompanhamento se definiria o aumento ou redução da cota.

A Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA) parabenizou todas as apresentações e se dirigiu ao Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) e ao Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) para confirmar seu entendimento acerca do funcionamento da proposta de cotas, e sugeriu que haja um “gatilho” além da validação via SISCOMEX, que pode acabar não sendo efetivo. E expressou outras dúvidas em relação aos processos desse sistema, salientando que é preciso entender melhor o cenário para que seja possível amadurecer como ocorrerá o monitoramento. Discordou do Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) em relação à sua resposta à Profa. Bianca Bentes (UFPA), pois acha possível maior integração entre as informações das embarcações, tendo em vista que no momento está sendo desenvolvido o sistemas de Mapa de Bordo, que também é um dado.

A Sra. Natali Isabela Pierin Piccolo (MAPA) esclareceu que sua contribuição na discussão se deve ao fato dela realizar a interseção junto a NOAA, em relação às exportações. Assim, informou que o Brasil vem passando por um processo de comparação de políticas públicas com outros países, que exige que o país tenha um mínimo de controle



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de esforço, captura e comercialização, para que haja similaridade nos quesitos de gestão pesqueira, e considerou que no futuro os EUA vão solicitar adaptação desses quesitos. Em relação ao controle de exportação, salientou que o Brasil não precisa estar somente submetido às necessidades dos EUA e pode propôr o que gostaria que fosse solicitado, no sentido de construir políticas que beneficiem quem trabalha corretamente. Sugeriu como ferramenta a lista positiva das empresas, validador estatístico e que o Brasil sugira aos EUA critérios já obrigatórios nas normativas brasileiras.

A Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) perguntou como será monitorado o fator do mercado interno, como se dará o monitoramento das outras espécies ameaçadas que são capturadas e de outras pescarias que pegam o pargo, e como ocorrerá o encaminhamento (fluxo de processo até o encaminhamento ao MMA).

O Sr. Rivetla Edipo Cruz respondeu que muitas das recomendações implicam em atos de ordenamento, porém antes disso é preciso encaminhar ao MMA para que as recomendações sejam internalizadas no subgrupo do pargo para posteriormente à atualização do Plano e Recuperação seja possível construir normas de ordenamento.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) respondeu a pergunta da Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA) ao dizer que o limite é estabelecido através de “gatilhos” para abertura e fechamento da pescaria acionado pelo volume de produção, e não mais através do calendário (levando em conta o impacto do bycatch, da captura de juvenis, questões ecossistêmicas, etc.). Contudo, a captura excessiva é um fator de grande preocupação, sendo na escala de prioridades talvez a principal, que significa manter o volume de captura total controlado, sem eliminar as outras fundamentais medidas de proteção. A Sra. Juliane da Silva Arnaud agradeceu e buscou confirmar o entendimento que haveria o encerramento de temporada, e o Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) respondeu afirmativamente e disse que se a cota não é alcançada a pesca se encerra no período estabelecido para o defeso.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) questionou se o relatório do levantamento socioeconômico já está disponível e pode ser considerado um documento de suporte para



encaminhamento ao MMA. O Sr. Rivetla Edipo Cruz confirmou que o relatório da UFRA foi enviado para a SAP e será encaminhado ao órgão.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) esclareceu à Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) que a porcentagem de 25% mensurada como sendo escoada para o mercado interno não aparece em outras empresas além da GPesca, pois os donos dos barcos só enviam para as empresas o quantitativo de peixe de um determinado limite de tamanho. Com base nisso, o limite da exportação passa a ser o limite de captura e a pesca se encerra quando este for alcançado.

A Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) disse que se assustou um pouco com o termo priorização, e acha que seria um retrocesso pois as medidas existentes devem ser melhoradas, defendendo que é preciso incluir diversas frentes para se ter um plano completo.

O Sr. Breno Portilho de Sousa Maia (FAEP-BR) compartilhou que além de representar a FAEP também trabalha na UFPA de Bragança há 12 anos, e sente que o setor está mais aberto para disponibilizar os dados. Deu como exemplo uma iniciativa de Bragança, que diante do entendimento da importância do pargo para PIB do município, tem buscado trabalhar conjuntamente (prefeitura e setor) para ajudar a gestão a partir dos dados gerados pelas empresas.

O Sr. Carlos Cesar de Mello Júnior (ABIPESCA) acredita que não deve haver priorização, e sim haver medidas em paralelo funcionando bem (Mapas de bordo, recadastramento das embarcações) e maior elaboração da medida de cota.

O Sr. Thairo Barroso Bastos de Santiago (ABRAPPA) disse que gostaria de registrar sua participação na reunião do CPG, e parabenizou os professores por participarem. Disse que a ABRAPPA se posiciona inclinada a favor da proposta de cotas, calculando que seja esta uma medida aplicável e efetiva.

## **15. OUTRAS PAUTAS DE ORDENAMENTO**

O Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA) cumprimentou a todos, em especial



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

a todos professores os parabenizando pelas contribuições, e disse que aprendeu muito na discussão sobre regularização da pesca do pargo. Entretanto, considerou que muito se falou sobre as cotas e pouco sobre a regularização das embarcações. Agradeceu as pesquisas voltadas para o norte que forneceram subsídios para a melhoria da gestão, referenciou os números de embarcações encontradas que estão na frota e participaram da pesquisa dos Professores Ivan Furtado e Rosália Furtado Cutrim Souza (UFRA). Apontou as embarcações que estão na ilegalidade atuando de forma oportunista ou irregular, e pediu que se encaminhe que a SAP regularize essas embarcações para evitar maiores prejuízos. Disse por fim que vê essa discussão como salutar para contribuir para a melhoria da gestão, e que o SINPESCA se coloca à disposição e agradece.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz disse que a regularização das embarcações já foi adicionada às recomendações.

O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) ressaltou a fala do Sr. Breno Portilho de Sousa Maia (FAEP-BR) sobre o envolvimento local para a solução dos problemas, ação importante dada a extensão da costa e o trabalho árduo de fiscalização. Assim, propôs provocar um convênio administrativo junto aos órgãos públicos estaduais e municipais, para apoio na fiscalização, geração de dados, contratação de recursos humanos, e outras medidas para participação na gestão da pesca marinha. Deu como exemplo a necessidade de se fazer estatística pesqueira, que o IBGE não tem meios para cumprir essa demanda, mas pode validar as pesquisas realizadas através de convênios com os municípios.

O Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) disse que a estatística é importante e não é difícil de fazer, já teve a experiência ao atuar na prefeitura de Bragança e considerou aplicável.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) sugeriu a avaliação, por este comitê, do encaminhamento de recomendação a ser negociada com órgão específico da indústria/economia para os recursos pesqueiros nacionais.

A Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE), como representante do REPENSA PESCA, sugeriu a elaboração de um plano incluindo um conjunto de opções de gestão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

objetivando reduzir a mortalidade por pesca de forma quantitativa e qualitativa dentro de uma abordagem de manejo com base em ecossistêmica. As medidas prioritárias incluem: diversificação e complementaridade; avaliação sistemática de estratégias de manejo (MSE, FishPath); monitoramento de desembarque (retomada da estatística de pesca) e levantamento de dados independentes das pescarias.

Nesse momento o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz disse que como o projeto REPENSA PESCA vai apresentar o relatório técnico nos dias 20 e 21 de dezembro de 2022 e já foi colocado como recomendação do CPG o encaminhamento do relatório ao MMA, seria mais adequado manter dessa forma pois no formato em que funcionam as recomendações do CPG ficaria mais difícil enquadrar as recomendações do projeto nesse formato.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL) esclareceu que retirou do Plano de Recuperação do pargo ações emergenciais que são de competência do MMA e SAP. Uma das ações é a implementação do programa de monitoramento contínuo da pesca do pargo que inclui levantar dados de composição das capturas por tamanho, frotas, áreas de pesca, esforço, volumes desembarcados, etc. Assim, disse ser uma recomendação que já consta no documento oficial e que necessita-se demandar isso ao governo, para ser aplicado.

## **16. RECOMENDAÇÕES**

O Coordenador do CPG Demersais Norte/Nordeste, Sr. Rivetla Edipo Cruz, iniciou a construção conjunta com os membros das Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do CPG Demersais Norte/Nordeste, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. Esclareceu o regramento estabelecido para a elaboração das Recomendações e deu-se início pedindo para a Secretária-Executiva, Sra. Sandra Silvestre de Souza, registrar no documento das



Recomendações que consta no Regimento Interno, e que encontra-se discriminada na Tabela 01, em anexo neste documento.

Optou-se em deixar registrado no presente documento, de forma sucinta, informações sobre as Recomendações (discussões e membros/convidados manifestantes na deliberação) como exposto a seguir:

- **Recomendação 1/2022:** O proponente da recomendação, Sr. Eloy de Sousa Araújo (PESCA BR) sugeriu mudanças no texto proposto, e os representantes do MAPA, CONEPE e Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) colaboraram na discussão até chegar-se ao consenso.
- **Recomendação 2/2022:** Diante das divergências em relação à utilização da autorização complementar proposta pelo Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento (SINPESCA), os membros do MMA, CONEPE, COOMPESCAR, MAPA, ICMBio e Profa. Bianca Bentes (UFPA) acordaram simplificar o texto da recomendação, como forma de ganhar tempo para amadurecer a discussão e deliberar a aplicação de forma geral a outras modalidades.
- **Recomendação 3/2022:** A recomendação teve consenso dos membros.
- **Recomendação 4/2022:** A proponente Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) retirou as dúvidas do representante do CONEPE.
- **Recomendação 5/2022:** A proponente Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) retirou as dúvidas do representante do CONEPE. O membro do ICMBio fez contribuições finais à recomendação.
- **Recomendação 6/2022:** O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) sugeriu que o evento seja público, e a recomendação foi editada.
- **Recomendação 7/2022:** A recomendação foi inserida a pedido da Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE).
- **Recomendação 8/2022:** O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz retirou a dúvida da representante da COOMPESCAR.
- **Recomendação 9/2022:** A recomendação teve consenso dos membros.
- **Recomendação 10/2022:** A recomendação teve consenso dos membros.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- **Recomendação 11/2022:** A Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) contribuiu com a proposta de recomendação do proponente Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) de que o acesso ao banco de dados contenha filtros para submodalidades. O Sr. Rivetla Edipo Cruz sugeriu utilizar a nomenclatura da normativa INI nº 10/2011 (modalidade), o que foi acatado.
- **Recomendação 12/2022 e 13/2022:** As recomendações que versam sobre o recadastro das embarcações permissionadas nas frotas do pargo e possibilidade de regularização das que estão atuando de forma irregular tiveram as contribuições dos representantes do MMA, PESCA BR, MAPA, OCEANA, ABIPESCA, ICMBio, COOMPESCAR, bem como dos professores Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) e Eduardo Tavares Paes (Convidado).
- **Recomendação 14/2022:** A recomendação teve consenso dos membros.
- **Recomendação 15/2022:** O Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) sugeriu alteração na proposta da lista positiva, contudo o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz considerou serem propostas diferentes e que seria mais adequado acrescentar sua proposta como nova recomendação, que foi encaminhada (REC 18/2022). Os representantes CONEPE, ABIPESCA, ICMBio e a convidada Profa. Bianca Bentes (UFPA) contribuíram na deliberação.
- **Recomendação 16/2022:** A recomendação de análise do processo de inclusão de cotas no Plano de Recuperação pelo MMA foi debatida amplamente pelos membros ABIPESCA, OCEANA, ICMBio, CONEPE, ABRAPPA, Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) e Profa. Bianca Bentes (UFPA).
- **Recomendação 17/2022:** A deliberação do prazo de atendimento da recomendação foi realizada pelo coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz, Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) e Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE).
- **Recomendação 18/2022:** A recomendação solicitada pelo Prof. Eduardo Tavares Paes (Convidado) teve a contribuição textual da Profa. Bianca Bentes (UFPA). Como trata-se de uma construção conjunta entre os órgãos, os membros do MMA e ICMBio colaboraram na decisão do prazo de atendimento.



- **Recomendação 19/2022:** A recomendação foi construída a partir da solicitação da Sra. Tanyse Gomes da Silva (COOMPESCAR), com a colaboração do coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz e da Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA).
- **Recomendação 20/2022:** A recomendação foi inserida a pedido da Profa. Beatrice Padovani Ferreira (UFPE) e o Sr. Roberto Ribas Gallucci (MMA) auxiliou na definição do prazo de atendimento.
- **Recomendação 21/2022:** A partir da REC 19/2022 o Sr. Breno Portilho de Sousa Maia (FAEP-BR) fez a solicitação da recomendação, com a colaboração do coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz e da Sra. Juliane da Silva Arnaud (MAPA).

#### **17. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG DEMERSAIS N/NE 2023**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz propôs que a 2ª Sessão Ordinária ocorra nos dias 22 e 23 de março de 2023 e, os membros do MAPA e PESCA BR sugeriram que ocorra no estado do Pará. Antes do encerramento, abriu a palavra para comentários adicionais e destacou que dependendo da necessidade de discussão de demandas, as reuniões extraordinárias poderão acontecer a qualquer momento mediante convite da coordenação.

Não havendo outros assuntos e manifestações e antes do encerramento formal da sessão, o Coordenador convidou todos os presentes para o registro fotográfico da reunião.

#### **18. ENCERRAMENTO**

O Coordenador do CPG Demersais Norte/Nordeste agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada dos CPGs e o impacto positivo dessa 1ª reunião com representantes de instituições que compõem a região Norte e Nordeste brasileira. Em seguida, declarou encerrada a 1ª Sessão Ordinária do CPG Demersais Norte/Nordeste, desejando uma boa noite aos participantes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**Tabela 01.** Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste (CPG Demersais Norte/Nordeste) da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), ocorrida de forma virtual pela plataforma google meet, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2022, em Brasília/DF.

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL (Nome/instituição)</b>	<b>PRAZO PARA ATENDIMENTO*</b>
<b>REC 1/2022:</b> Avaliar os critérios previstos pela Portaria SAP/MAPA 265, de 2021, art. 6, inciso II, alínea “e”.	SAP/MAPA	1º trimestre de 2023
<b>REC 2/2022:</b> Reavaliar a utilização da Autorização de Pesca Complementar e as suas normas.	REDE PESCA BRASIL	Ao longo de 2023
<b>REC 3/2022:</b> Formalizar o Grupo Técnico-Científico do CPG Demersais N/NE.	SAP/MAPA	Janeiro de 2023
<b>REC 4/2022:</b> Convidar para próxima reunião do CPG Demersais N/NE o ICMBIO/CEPENE para apresentar os fundamentos que originaram a Portaria ICMBio nº 1.079, de 2022.	SAP/MAPA	Próxima reunião do CPG Demersais N/NE



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<b>REC 5/2022:</b> Encaminhar ao Grupo Técnico-Científico do CPG Demersais N/NE a revisão dos períodos de defeso dos camarões e pargo. Após a validação do Parecer do GTC encaminhar ao MMA para subsídios ao Plano de Recuperação do Pargo.	SAP/MAPA	Após formalização do Grupo Técnico-Científico
<b>REC 6/2022:</b> Realizar um Workshop público de integração entre os diversos projetos de pesquisas direcionados aos camarões.	SAP/MAPA	1º Semestre de 2023
<b>REC 7/2022:</b> Realizar Workshop público de Avaliação sistemática de estratégias de manejo para o pargo e espécies associadas.	SAP/MAPA e GTC Demersais N/NE	Após formalização do GTC
<b>REC 8/2022:</b> Fomentar projetos de pesquisa de longo prazo visando subsidiar a gestão pesqueira.	SAP/MAPA	1º Semestre de 2023
<b>REC 10/2022:</b> Validar planos de gestão da pesca do camarão nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.	GTC do CPG Demersais N/NE	Após contribuição dos membros do CPG
<b>REC 11/2022:</b> Oficializar ao Global Fishing Watch a necessidade de acesso público ao banco de dados do VMS Brasil com ferramentas de filtro que permitam selecionar as modalidades.	SAP/MAPA	Janeiro de 2023
<b>REC 12/2022:</b> Recadastrar as embarcações de pesca das frotas 1.8, 1.9 e 1.10.	SAP/MAPA	Ao longo de 2023
<b>REC 13/2022:</b> Analisar junto ao MMA (Revisão do Plano de Recuperação do Pargo) a possibilidade de regularização das embarcações não cadastradas na frota do pargo conforme os estudos da UFRA.	SAP/MAPA/MMA	1º Semestre de 2023
<b>REC 14/2022:</b> Encaminhar os relatórios dos projetos sobre o pargo para o MMA e ICMBIO como subsídio para a revisão do Plano de Recuperação do Pargo.	SAP/MAPA	1º Trimestre de 2023
<b>REC 15/2022:</b> Elaborar lista positiva de empresas e embarcações como forma de monitoramento e controle da cadeia do pargo.	SAP/MAPA	Após revisão do Plano de Recuperação do Pargo
<b>REC 16/2022:</b> Recomendar ao MMA a análise para o processo de inclusão de	SAP/MAPA	Dezembro 2022



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

cotas no Plano de Recuperação do Pargo.		
<b>REC 17/2022:</b> Envolver os órgãos estaduais e municipais no processo de gestão pesqueira.	SAP/MAPA	1º Semestre de 2023
<b>REC 18/2022:</b> Estudar a possibilidade de construção conjunta de um certificado de boas práticas ambientais de pesca, e processamento para as indústrias (eventualmente até de embarcações), com base em critérios auditáveis pela SAP que agregue os sistemas já existentes - SISRGP+SISCOMEX	SAP/MAPA/ICMBIO /MMA	1º Semestre de 2023
<b>REC 19/2022:</b> Solicitar a inclusão de embarcações pesqueiras para acionar o Fundo da Marinha Mercante	SAP/MAPA	1º Trimestre de 2023
<b>REC 20/2022:</b> Avaliar o estabelecimento de áreas/zonas de recuperação como estratégia de gestão da pesca do pargo.	MMA	1º Trimestre de 2023
<b>REC 21/2022:</b> Avaliar a ampliação da vigência do certificado de registro licença e armador de pesca para 5 anos.	SAP/MAPA	1º Trimestre de 2023

**\*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.**